

A – INTRODUÇÃO
SÍNTESE DE INDICADORES

(Milhares de Euros)	2007	2008	Variação
Activo Líquido	618.646	682.311	10,3%
Crédito sobre Clientes (Líquido)	582.022	625.101	7,4%
Situação Líquida	111.499	119.341	7,0%
Margem Financeira	36.710	38.814	5,7%
Resultado Líquido	12.310	7.842	-36,3%
Cash-Flow	23.735	26.503	11,7%
Resultado Líquido por Acção (Euros)	2,137	1,361	-36,3%
Rácio de Solvabilidade	14,9%	16,4%	10,1%
ROE	11,0%	6,6%	-40,5%
Crédito Vencido/ Crédito Total	6,5%	7,8%	20,0%
Cobertura Crédito Vencido	92,2%	87,4%	-5,2%
Número de Efectivos Médio	305	316	3,6%



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Tínhamos previsto um 2008 difícil e já durante o último semestre de 2007, procedemos a um reajustamento na nossa estratégia de abordagem ao mercado.

Apesar disso, 2008 revelou-se diferente e bem pior do que esperávamos.

A pressão sobre o Risco, sobre as provisões e sobre a actividade em geral, da nossa principal subsidiária, o Credifin Banco de Crédito ao Consumo SA, intensificou-se ao longo de todo o ano. Só o facto de termos antecipado algumas medidas e o empenho e competência dos nossos colaboradores, permitiu limitar as consequências do agravamento da crise internacional e das suas fortes repercussões em Portugal. Apesar de tudo, durante o ano, revimos as nossas medidas de limitação do risco.

O apoio empenhado dos nossos accionistas e a perspectiva de uma operação de concentração no âmbito do Grupo, tiveram igualmente um efeito positivo na Empresa. Claramente mais forte e dispondo de mais meios, abordaremos 2009 com uma energia renovada afirmando-nos como um dos líderes de mercado.

Se, em relação a 2007, tínhamos referido a qualidade do nosso capital humano, como uma das chaves do nosso sucesso, é justo enfatizar que 2008, não só confirmou, como reforçou a nossa confiança nos nossos colaboradores, que contribuíram decisivamente para mantermos e intensificarmos a relação com os nossos parceiros de negócio.

Estamos muito orgulhosos com os nossos colaboradores, estamos seguros com a confiança dos nossos parceiros e com o apoio dos nossos accionistas. Tudo isto nos transmite a necessária confiança para enfrentarmos as dificuldades que certamente continuarão ainda em 2009.

Ulisses Carneiro



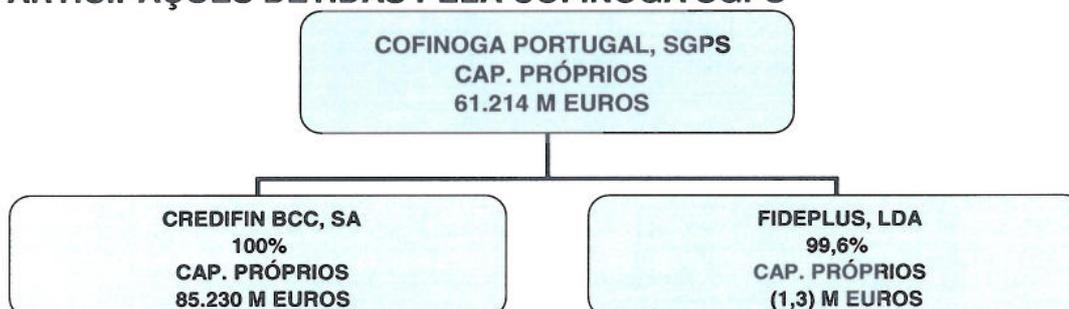
ACCIONISTAS

Em 1997, foi criada a COFINOGA PORTUGAL SGPS, SA a partir das participações que o Grupo Cofinoga SA detinha em Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2008, a estrutura accionista é a seguinte:

ACCIONISTA	PERCENTAGEM
LASER COFINOGA, Société Anonyme	99,9938%
SYGMA BANQUE, Société Anonyme	0,0016%
MEDIATIS, Société Anonyme	0,0016%
SOFICARTE, Société Anonyme	0,0016%
Communication Marketing Service - CMS	0,0016%

PARTICIPAÇÕES DETIDAS PELA COFINOGA SGPS



ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente da Mesa Pascale Mirigay
Primeiro Secretário Maria Leonor Loureiro Pimenta Santos

Conselho de Administração

Presidente António Ulisses Mota e Castro Carneiro
Vogal Jean Darrieu
Vogal Benoît d'Halluin
Vogal Jacques Darrigade
Vogal Jérôme Viennot-Bourgin

Fiscal Único

Efectivo

PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda
Representada por António Alberto Henriques Assis ou Manuel Henriques Bernardo

Suplente

Jorge Manuel Santos Costa

Secretário Geral

Efectivo Maria Leonor Loureiro Pimenta Santos
Suplente Raquel Sofia Ruas Abrantes Ribeiro Couto Meneres

DIRECÇÃO

- Direcção Geral Ulisses Carneiro

O objecto da COFINOGA PORTUGAL SGPS é o de uma holding, detentora de participações.

B – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACCIONISTAS:

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão da actividade da Cofinoga Portugal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, as Demonstrações Financeiras bem como a Proposta de Aplicação de Resultados referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Economia Internacional

O ano de 2008 está fortemente marcado pelo efeito da crise financeira internacional e a desaceleração da actividade económica a nível global. Esta desaceleração, que se iniciou em 2007, foi intensificada pelo impacto negativo que a crise financeira teve na confiança dos agentes económicos e nas expectativas quanto à sua situação financeira. Estes factores contribuíram fortemente para a degradação das perspectivas da actividade económica mundial, o que por sua vez contribuiu para a persistência e o agravamento da turbulência nos mercados financeiros internacionais.

A actividade económica mundial tem sido sujeita a perturbações significativas de vária ordem, sendo de destacar a evolução dos preços do petróleo e dos bens alimentares, a correcção em baixa nos mercados de habitação em algumas economias avançadas e principalmente a crise financeira iniciada em meados de 2007.

No que diz respeito aos preços do petróleo e das matérias-primas alimentares verificou-se uma forte aceleração ao longo de 2007 que se prolongou, respectivamente, até ao início do Verão e até ao fim do primeiro trimestre de 2008. No caso do petróleo, esta evolução continuou a reflectir o dinamismo da procura nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento, num contexto em que a procura nas economias avançadas registou uma moderação devido aos elevados preços atingidos. No caso das matérias-primas alimentares, a aceleração dos preços registada no início do ano reflectiu, para além do dinamismo da procura, ainda alguns choques adversos sobre a oferta, nomeadamente condições meteorológicas desfavoráveis nos anos anteriores, que afectaram negativamente as colheitas de cereais, e a imposição de restrições ao comércio por parte de alguns países exportadores. A partir do Verão de 2008, os preços das matérias-primas evidenciaram uma tendência de redução muito acentuada. Nas principais economias avançadas, este desenvolvimento não teve efeitos significativos sobre o crescimento do PIB no curto prazo.

A segunda perturbação que afectou negativamente a actividade económica em algumas economias avançadas consiste na correcção em baixa nos mercados de habitação. Nos Estados Unidos, esta correcção, que esteve na origem da turbulência nos mercados financeiros internacionais no Verão de 2007, persistiu ao longo de 2008, gerando receios de perdas adicionais nas instituições financeiras. Os mercados de habitação de várias outras economias avançadas vieram, igualmente, a registar uma correcção em baixa, reflectindo uma deterioração das condições de financiamento das famílias e, em alguns casos, uma sobrevalorização dos preços nestes mercados.



O terceiro factor determinante para a evolução económica mundial foi a crise nos mercados financeiros internacionais, que interagiu com os restantes factores enunciados e apresentou diversas fases, desde o início no Verão de 2007 até à sua agudização em Setembro/Outubro de 2008. No decurso do ano de 2008, o processo de reavaliação em alta do risco tornou-se mais abrangente, afectando progressivamente um número crescente de segmentos dos mercados financeiros, sectores de actividade e países.

Economia Portuguesa

O ano de 2008 continuou a ser marcado pelo forte turbulência nos mercados financeiros internacionais, na sequência do observado desde o Verão de 2007. Foi também um ano de aumentos não previstos da inflação reflectindo, nomeadamente, a situação nos mercados internacionais de matérias-primas. De facto, o crescimento de preços maior que o esperado no início do ano tem afectado negativamente o rendimento disponível real das famílias. No entanto, e com a correcção dos preços das matérias-primas no último trimestre de 2008, a inflação situou-se nos 2,6%.

Relativamente ao mercado de trabalho, e apesar de alguma melhoria da situação ao longo de 2007 e em particular na primeira metade de 2008, a taxa de desemprego fixou-se nos 7,7%, valores historicamente elevados. Esta evolução, aliada à deterioração das expectativas dos consumidores face à evolução do desemprego no futuro próximo, deverão condicionar as despesas de consumo das famílias. Refira-se também que o desagravamento da carga fiscal ocorrido em meados de este ano, nomeadamente ao nível dos impostos indirectos, teve um impacto relativamente limitado no estímulo do consumo privado.

ACTIVIDADE DA EMPRESA

Como sociedade gestora de participações sociais, o seu objecto consiste na gestão de participações em outras sociedades como forma indirecta do exercício de actividades económicas e a prestação de serviços técnicos de administração e gestão. No entanto, e à semelhança de exercícios anteriores, durante o exercício de 2008 a Empresa não efectuou prestações de serviços, limitando-se a gerir a carteira de participações sociais.

Os proveitos registados durante o exercício de 2008 correspondem aos juros obtidos nos financiamentos efectuados ao Credifin – Banco de Crédito ao Consumo, SA, no montante de 31,050 mil euros. Estes financiamentos geraram juros (proveito) no montante de 1,486 mil euros.

Relativamente aos custos, salientamos os custos com pessoal, que dizem respeito, na íntegra, ao custo suportado com o Fiscal Único e à amortização do imobilizado próprio.

ACTIVIDADE DO CREDIFIN – Banco de Crédito ao Consumo, SA

O Modelo de Negócio

A organização do modelo de negócio seguida em 2008 manteve, no essencial, a estrutura de banco especializado no crédito ao consumo.

Sendo um banco especializado no crédito ao consumo, dispomos de uma oferta global que permite satisfazer cada uma das necessidades dos nossos clientes, das quais destacamos:



- Crédito Automóvel
- Leasing
- Aluguer Financeiro
- Crédito no Ponto de Venda (CPV)
- Crédito Pessoal Revolving (CPR)
- Cartão Privativo
- Fidelização

A actividade do Credifin desenvolveu-se em torno de quatro eixos estratégicos considerados como essenciais para o futuro:

- Desenvolvimento no mercado automóvel, tendo como objectivo a assinatura de novos acordos de parceria;
- Consolidação das parcerias no mercado do crédito no ponto de venda;
- Desenvolvimento do cartão privativo e/ou fidelização com a assinatura de novas parcerias no mundo da grande distribuição;
- Desenvolvimento do *Cross-Selling* e *Up-Selling* dos ficheiros internos;

CLIENTES CRIADOS

	2008		2007		Variação	
	Valor	Contrib.	Valor	Contrib.	Valor	%
- Automóvel	9.692	4,4%	9.570	3,6%	122	1,3%
- Crédito Clássico	80.932	36,5%	88.171	33,3%	-7.239	-8,2%
- Cartão Privativo	124.077	56,0%	153.749	58,1%	-29.672	-19,3%
- Crédito Pessoal	6.729	3,0%	13.020	4,9%	-6.291	-48,3%
TOTAL	221.430	100,0%	264.510	100,0%	-43.080	-16,3%

CLIENTES EM CARTEIRA

	2008		2007		Variação	
	Valor	Contrib.	Valor	Contrib.	Valor	%
- Automóvel	33.185	5,7%	33.625	6,2%	-440	-1,3%
- Crédito Clássico	97.711	16,8%	111.678	20,6%	-13.967	-12,5%
- Cartão Privativo	388.089	66,5%	334.181	61,6%	53.908	16,1%
- Crédito Pessoal	64.217	11,0%	62.659	11,6%	1.558	2,5%
TOTAL	583.202	100,0%	542.143,0	100,0%	41.059	7,6%

PRODUÇÃO (Milhões de Euros)

	2008		2007		Variação	
	Valor	Contrib.	Valor	Contrib.	Valor	%
- Automóvel	145,4	34,8%	150,8	38,9%	-5,4	-3,6%
- Crédito Clássico	53,9	12,9%	64,8	16,7%	-10,9	-16,8%
- Cartão Privativo	141,8	33,9%	90,3	23,3%	51,5	57,0%
- Crédito Pessoal	76,8	18,4%	81,3	21,0%	-4,5	-5,5%
TOTAL	417,9	100,0%	387,2	100,0%	30,7	7,9%

Actividade Comercial Auto



Em 2008 o mercado de veículos ligeiros manteve-se praticamente idêntico ao ano anterior, sofreu uma quebra de 0,5%.

O Credifin continua a apostar nesta área de negócio, no canal " fornecedor", proporcionando uma oferta alargada de produtos e serviços, bem como num forte apoio comercial junto dos pontos de venda, de forma a fidelizar e acrescentar valor aos nossos parceiros.

No que se refere a volumes de produção, o Credifin diminuiu 3,6% relativamente a 2007, ou seja 145,4 milhões de euros em 2008 contra 150,8 milhões em 2007.

A actividade auto representou 35% do total do negócio do banco em 2008, e 57% do total do crédito concedido pela Credifin.

A repartição entre viaturas novas e usadas manteve-se praticamente idêntica a 2007, isto é, 60% do total de financiamentos foram contratos de viaturas novas e 40% de viaturas usadas.

Continua a verificar-se uma diminuição do peso do leasing e do ald, e um aumento do crédito clássico.

O Credifin continua a apostar numa política conservadora de risco, e numa melhoria das margens associadas à actividade auto, que a competitividade existente nesta área de negócio, tanto da banca tradicional como das financeiras cativas, originou uma quebra da actividade ligeiramente superior à quebra de mercado

Actividade Comercial no Ponto de Venda

O financiamento de bens de consumo através do Crédito Clássico representa 12,9% do total da produção do Credifin. O capital financiado foi de 53,9 milhões de euros em 2008 contra 64,8 milhões em 2007, o que representou uma diminuição de 16,8%.

Este decréscimo teve a ver essencialmente, com o fim de uma relação comercial com um parceiro importante, no segundo semestre de 2007, por decisão estratégica do Credifin.

O Credifin desenvolve uma política de consolidação e fidelização das parcerias existentes, bem como angariação de novas, em sectores de actividade diferentes daqueles em que actua tradicionalmente.

Relativamente à actividade de cartão privativo, a sua contribuição para o negócio global do Credifin foi de 141,8 milhões de euros, representando 34% do volume de total da produção. Comparativamente a 2007, esta actividade cresceu 57% (92 Milhões de euros em 2007) fruto da consolidação das parcerias existentes bem como do lançamento em 2008 do Cartão Continente.

Actividade Comercial Crédito Pessoal

Relativamente ao crédito pessoal, o volume de negocio foi de 76,7 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 5,6 % relativamente a 2007.

Esta evolução deve-se a uma focalização, ao longo do ano, sobre a exploração da carteira cliente existente e a uma diminuição da aquisição de novos clientes.

Na actividade do directo houve um desinvestimento na marca Mediatis e no RAC (consolidação de crédito), acabando com a publicidade. A actividade ligada ao



Mediatis concentra-se essencialmente na gestão e animação da carteira de clientes existente.

Focalizamos então a nossa estratégia nas actividades de cross-selling sobre a nossa carteira de cliente através da venda de PPR (Credito Pessoal Revolving) Conta Sempre, do PPC (Credito Pessoal Amortizável e da "Reserva Financeira") com o objectivo de oferecer aos nossos melhores clientes o produto adequado às suas necessidades.

Mantivemos também a nossa actividade de animação da nossa carteira de cliente Conta Sempre.

Gestão do Risco de Crédito

Em 2008, assistimos a um aumento do custo de risco da carteira global do Credifin (1,7%: 2007 para 2,4%: 2008). Este crescimento ficou a dever-se sobretudo a dois factores:

- Contexto económico e social adverso associado a um crescimento rápido do grau endividamento das famílias portuguesas e empresas nos últimos anos. Sendo que o crédito à habitação continua a representar cerca de 79% do total de crédito concedido em Portugal. De acordo com o Boletim estatístico mensal divulgado pelo Banco de Portugal, o crédito mal parado em Portugal cresceu de forma significativa a partir do 4º trimestre de 2007. Esta situação afectou o risco de crédito da Empresa ao longo do ano de 2008, ainda que tenha sido parcialmente atenuado pelos bons níveis de eficácia das actividades de recuperação de crédito em atraso e contencioso.
- Maior crescimento do volume da carteira de crédito concedido de produtos revolving (Cartão Privativo e Crédito Pessoal Revolving) face à evolução da carteira de crédito a termo (Crédito Automóvel, Leasing, Aluguer Financeiro, Crédito no Ponto de venda). Isto porque os produtos revolving apresentam níveis de risco superior.

O Crédito Automóvel e o Crédito Pessoal Revolving foram os produtos onde se registou um maior crescimento do custo de risco em 2008, tendo ultrapassado os valores previstos no orçamento. No entanto, ambos mantiveram níveis de risco adequados face à sua natureza e características (0,9% para o Crédito Automóvel e 4,4% para o Crédito Pessoal Revolving). O custo de risco do Cartão Privativo desceu para 6% em 2008 (6,7% em 2007), mantendo-se contudo o objectivo de redução do risco para 2009. Relativamente aos produtos de Leasing e Aluguer Financeiro, o custo de risco manteve-se estável (0,7% e 0,6% respectivamente).

Considerando os factores exógenos já mencionados que influenciaram o custo de risco em 2008, pensamos que os resultados obtidos são globalmente positivos. Para tal foi decisivo manter um processo de decisão de crédito eficaz e a boa performance das actividades de Controlo de Crédito e Contencioso.

Processo de decisão de crédito:

A estrutura conceptual do processo de decisão manteve-se assente em 2 pilares fundamentais:

- Procedimentos de risco adequados, devidamente aprovados e formalizados;
- Sistemas de scoring evoluídos

Ao longo de 2008, introduzimos diversas melhorias ao nível do processo de decisão no sentido de garantir uma visão cada vez mais completa da exposição global de



crédito dos clientes e melhorar a estratégia de segmentação e respectiva gestão do ciclo de vida do cliente. Das acções desenvolvidas destacamos:

- A instituição de novas regras para prevenir e detectar potenciais fraudes na adesão e controlar a coerência dos dados registados nas propostas de crédito;
- O processo de decisão de crédito do produto Crédito Pessoal Revolving passou a ser gerido pelo motor de decisão DeNis. Trata-se de um software desenvolvido internamente que permite uma maior autonomia à Direcção de Risco para parametrizar novas regras na cadeia de estudo e adaptar o processo de decisão à evolução e variações do perfil da procura.

Controlo de Crédito:

As exigências impostas pelos objectivos delineados para o ano de 2008 e pela actual conjuntura económica obrigou à reformulação da estratégia de recuperação. Esta passou pelo:

- Reforço da segmentação da estratégia e especialização dos procedimentos de recuperação em função dos níveis de atraso
- Maior seguimento dos resultados das empresas de recuperação que colaboram com o Credifin em regime de *outsourcing*;
- Aposta na formação ao nível das equipas de *call-center* de cobrança telefónica.

Estas medidas permitiram globalmente melhorar os resultados da actividade do Controlo de Crédito.

Em 2008, passámos a utilizar uma nova ferramenta de recuperação de crédito (CACS) que também contribuiu positivamente para os resultados alcançados.

Contencioso:

Ao nível da actividade do Contencioso registou-se um ligeiro decréscimo nos resultados em 2008 e que poderão ser explicados pela melhoria da eficácia de recuperação nos níveis de atraso inferiores e pela conjuntura económica em que vivemos. Apesar desta evolução consideramos que os recebimentos do contencioso se mantiveram em bom nível.

Destacamos como principais, as seguintes acções desenvolvidas em 2008:

- Introdução de um novo sistema de informação de gestão de incumprimentos judiciais e extra-judiciais (CACS);
- Redefinição dos procedimentos dos Solicitadores de Execução com quem colaboramos;
- Reforço dos procedimentos de recuperação extra-judicial.

Operações

Em 2008 o desempenho da Direcção de Operações adequou-se à estratégia comercial da empresa, procurando otimizar os processos à sua responsabilidade, no sentido de obter maior flexibilidade, rapidez e qualidade.

No plano estratégico, esta Direcção implementou acções consonantes com os principais objectivos do Conselho de Administração:

- Aumento dos proveitos - animação de campanhas de Cross e Up-Selling com objectivos de aumento da rentabilidade Cliente e revitalização da carteira inactiva.
- Controlo dos custos de actividade – Ao nível da gestão operacional a racionalização foi prudente, tendo em conta as exigências ao nível da qualidade e o efeito da sazonalidade nos volumes ao longo do ano.

Ao nível do controlo, auditoria e suporte à decisão, foram implementadas diversas ferramentas internas de monitorização diária da actividade, quer na observância dos níveis de qualidade contratualmente estabelecidos com os parceiros de negócio, quer



na área do atendimento presencial e da gestão de reclamações, quer ainda na área de vendas para gestão das acções e dos resultados individuais por colaborador.

	2006	2007	07/06	2008	08/07
Volume total actividade ⁽¹⁾	1.687.201	2.487.901	+47%	2.615.447	+5%
Quadro médio operacional	84	114	+36%	105	-8%
Contactos/recurso ⁽¹⁾	1.823	2.016	+11%	2.325	+15%
Volume negócios/recurso	331	286	-14%	333	+16%
Nível de serviço ⁽²⁾	92%	92%	N/A	92%	N/A

1 Excluindo actividades operacionais exclusivas dos produtos de fidelização.

2 Taxa de atendimento para o Serviço de Apoio ao Cliente nos produtos de crédito revolving.

Sistemas de Informação

Durante o exercício de 2008 os projectos em que se concentraram os esforços da Direcção de Sistemas de Informação foram os seguintes: Mudança de instalações, Nova Central de Riscos de Crédito do Banco de Portugal, Ligação da plataforma Audaxys ao sistema de decisão de crédito (criando-se decisão integrada dos produtos de crédito clássico e revolving), Integração completa do Credifin no Modelo Global Sibs 5.02, arranque produtivo do programa LiSa (resultando disto a migração dos produtos de crédito revolving directo e parte da carteira retail para novos sistemas adoptados noutras subsidiárias do grupo LaSer).

Apesar da complexidade que, em regra, está associada à mudança de instalações de uma empresa, e em particular se a sua actividade tem os níveis de exigência como os de um banco, podemos afirmar que a mudança decorreu sem impactos significativos para o Credifin, tendo sido com sucesso que, durante no primeiro semestre de 2008, mudamos para as novas instalações em Gaia. O projecto foi uma oportunidade, que aproveitamos, para criar um data centre com capacidade para acolher todos os nossos sistemas, implementar diversas melhorias aos nossos sistemas e aumentarmos a segurança da nossa rede de dados. Destacaram-se, neste projecto, as equipas da direcção e respectivos coordenadores, nomeadamente das áreas de infra-estruturas, pelos quais queremos deixar o nosso louvor ao esforço e dedicação neste projecto.

O programa LiSa entrou em produção em Julho de 2008, nas vertentes de sistemas de gestão de negócio (Crédito revolving e cartões não Sonae) e da recuperação de crédito, tendo sido implementados em produção, respectivamente, o sistema Base 2000 da Fidelity National Information Services e o CACS da CGI. A utilização do CACS estendeu-se igualmente à gestão da recuperação e contencioso nos produtos Crédito Clássico, Leasing e Aluguer. Não tendo sido uma migração simples e tratando-se de um projecto internacional, com várias subsidiárias e fornecedores, a migração decorreu sem causar disfunções no serviço prestado aos clientes, embora as adaptações em processos de trabalho e sistemas de suporte se tenham traduzido em bastantes solicitações para a DSI, que conseguiu dar boa resposta a todos os pedidos.

A partir do segundo semestre alguns recursos da DSI vêm sendo dedicados a acções de aproximação com nossos parceiros dentro do grupo Aliança LaSer/BNPP Cetelem, o que nos tem permitido antecipar actividades com vista a uma maior aproximação entre empresas, com algum peso na capacidade de resposta da equipa de desenvolvimento, minimizando o efeito deste esforço adicional nos parceiros e clientes internos.

Considerando a nova organização da empresa, nas novas instalações de Gaia, a partir de meados de 2008, assistimos a uma alteração no modelo de suporte (serviços e helpdesk) que vinha sendo disponibilizado aos clientes internos. Apesar de ter havido um aumento significativo do número de pedidos atendimentos, a tal facto não será



alheio o aumento de exigência destes clientes, o que constituiu mais um desafio em aumentarmos a qualidade de serviço disponibilizada. Para responder ao aumento das solicitações, desde o início de 2008, especializamos entre as funções helpdesk (gestão de incidências) e service desk (pedidos recorrentes de assistência), afectando um colaborador, em permanência, no atendimento aos serviços prestados a clientes internos e externos.

A equipa de suporte à produção teve uma reestruturação profunda, com a saída de 4 elementos e ausência prolongadas de outros dois, apesar disso a selecção e admissão dos novos colaboradores, foi uma oportunidade para aumentar a capacidade de resposta da equipa, findo que está o seu processo de integração., demonstrando-se isso pelo elevado índice de satisfação na resposta aos inquéritos das incidências e pedidos de alteração registados no aplicativo de gestão do serviço (88% em 6395 pedidos), bem como pelo reduzido número de chamadas perdidas no atendimento a clientes (não superior a 3% em 11374 chamadas atendidas).

Considerando o sector de actuação da DSI foi nossa preocupação durante 2008 aumentar as competências dos nossos colaboradores em áreas importantes, nomeadamente a gestão de redes e gestão de projectos, tendo sido ministradas, mais de 800 horas de formação em diversas áreas das competências acometidas à DSI do Credifin.

Recursos Humanos

É frequente dizer-se que por vezes é necessário começar de novo. Acreditamos que em 2008 os nossos colaboradores se mentalizaram para esta realidade, tendo em conta o contexto que se viveu, devido à permanente adaptação e as mudanças para as quais nos preparamos, acrescentando a própria mudança geográfica das instalações no Porto.

Atravessamos tempos onde a exigência de adaptação à mudança é cada vez maior, defrontando-nos com realidades práticas e quotidianas, cada vez mais exigentes, e por vezes dolorosas. Contudo, a ruptura com os modelos antigos de trabalho impõe-se perante as reformas com que as empresas frequentemente se deparam.

É de destacar o espírito de equipa, mesmo em momentos difíceis como os que vivemos e de previsão de grandes mudanças, os quais provocam sentimentos de instabilidade e insegurança que o ser humano tem muita dificuldade em gerir. Mesmo assim, os nossos colaboradores responderam, uma vez mais, de forma positiva e com elevados níveis de performance.

Deveremos ainda salientar o contributo de todos para a organização da mudança de instalações, tarefa que para além de não ser fácil, teve que ser conjugada com um cronograma apertado, assegurando a actividade normal da empresa.

O sucesso deste projecto, para além do esforço adicional de todos, implicou o reforço de equipas, nomeadamente ao nível da DSI, de modo a assegurar a transferência dos serviços para Gaia, assim como a duplicação dos mesmos mantendo em simultâneo as plataformas operacionais de Gaia e Porto, de modo a minimizar possíveis impactos na actividade. Esta equipa foi alvo de uma intensificação da formação quer interna quer externa, de modo a garantir os níveis de desempenho esperados.

A preocupação crescente em promover a adequação do Capital Humano aos novos contextos e desafios futuros, de forma estruturada e orientada, possibilitou que em 2008 fossem ministradas cerca de 2566 horas de formação, abrangendo um total de 212 participantes.



Fruto dos projectos desenvolvidos e impactos na actividade, foi necessário recorrer fortemente à contratação temporária, de modo a assegurar o acréscimo de actividade e analisar a eventual necessidade de criação de novos postos de trabalho, tendo sido recrutados 54 temporários, dos quais se verificou ser necessário integrar na empresa 52%. Não podemos deixar de focar o trabalho de recrutamento e selecção efectuado durante o ano, do qual resultaram 62 novas admissões no Credifin.

No seguimento da nossa política de dignificação do trabalho, valorização do Capital Humano interno e identificação de potenciais adaptáveis a outras funções, verificou-se a criação de 45 postos de trabalho com contrato sem termo, assim como a transferência de departamento de 7 colaboradores. Face a estes índices de recrutamento, foi dada especial atenção à integração e formação interna dos colaboradores.

O desafio de “redução de custos” é uma constante, sendo fundamental o empenho de todos para o seu êxito. Apesar de por vezes implicar o adiamento de maior investimento em algumas áreas da DRH, nomeadamente formação externa não direccionada para os principais projectos, obriga-nos a um reajuste e crescimento constantes, permitindo-nos identificar outras oportunidades das quais podemos destacar a recuperação de valores significativos através da criação líquida de emprego.

Num mercado em abrandamento, a competitividade da empresa passará pela prestação de um serviço de excelência ao cliente e pela maturidade da equipa, tendo em conta que a retenção de talentos adquire especial importância nos tempos em que vivemos.

É de salientar que o que nos diferenciará cada vez mais será a capacidade de adaptação, flexibilidade, capacidade de trabalho e conhecimentos técnicos. Gerir pessoas é difícil e, em tempos difíceis como os que estamos a viver, obriga a uma atenção redobrada.

Em 2009, a motivação deve ser um acto contínuo praticado por todos nós dentro do Credifin pois, como sabemos, é fundamental a existência de um clima motivacional extremamente positivo para facilitar o entusiasmo, a dedicação e posse da empresa por parte dos colaboradores, o que influenciará fortemente nos seus resultados.

ACTIVIDADE DA FIDEPLUS – Prestação de Serviços Promocionais de Marketing e Fidelização, Lda

A actividade da empresa consiste na prestação de serviços nomeadamente acções promocionais e de marketing, intermediária em sistemas de fidelização, compra e venda de veículos de Aluguer de longa Duração. Contudo, e à semelhança do exercício de 2007, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, esta sociedade não exerceu qualquer actividade.



PERSPECTIVAS FUTURAS

2008 foi um ano de grandes alterações, com profundas consequências ao nível da nossa actividade e condicionando fortemente quaisquer previsões para 2009 e por maioria de razão para os anos seguintes.

Acreditamos que as bases que lançamos, as estratégias que definimos e os ajustamentos que fomos fazendo nos últimos anos, nos deixaram mais fortes e mais preparados para momentos mais difíceis, que quase inevitavelmente teremos de enfrentar.

Como empresa-mãe do Grupo, continuaremos a fazer da satisfação dos nossos clientes e da consolidação das nossas parcerias, conjuntamente com uma gestão dos riscos adequada, quer à nossa actividade, quer ao momento que vivemos.

Continuaremos a investir no Capital Humano, através da formação e da informação permanente dos nossos Colaboradores, que se têm revelado como um dos principais pilares do nosso desenvolvimento.

Mas continuaremos igualmente a apostar na inovação, ao nível dos nossos sistemas de informação, para continuar a melhorar a nossa qualidade de serviço e a desenvolver as ferramentas necessárias para reagirmos e, sempre que possível, antecipar a evolução dos mercados em que nos posicionamos.

A preparação da consolidação das posições do Grupo em Portugal, visando a criação de um dos líderes do mercado, permite-nos encarar o futuro, com consciência das dificuldades, mas com ambição redobrada e com a vontade e determinação de todos os que trabalham no Credifin, conscientes que temos todas as condições para continuar a prosseguir os objectivos que nos propomos.

CONCLUSÃO

O Conselho de Administração deseja expressar a todos os colaboradores o seu apreço pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado.

Aos Clientes, agradecemos a preferência com que nos distinguiram.

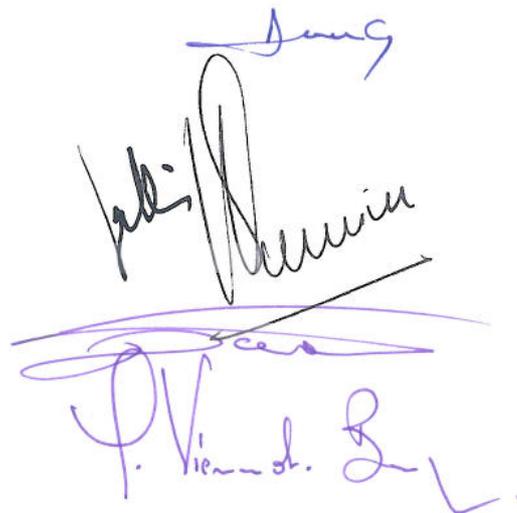
Às Instituições de Crédito que nos apoiaram, o nosso agradecimento.

Ao Fiscal único, pelo apoio manifestado e interesse demonstrado, o nosso reconhecimento.

Aos Auditores, os agradecimentos pelo apoio prestado à Gestão e Direcção da Empresa.

Porto, 31 de Março de 2009

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten signatures in blue ink, including the name "F. Vianna de S. L." at the bottom.

C – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXOS

(Montantes expressos em Euros)

COFINOGA (Portugal) S.G.P.S., S.A
Balanco consolidado em 31 de Dezembro de 2008

	Notas/ Quadros anexos	31 de Dezembro 2008		31 de Dezembro 2007	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	32	2.973		2.973	3.173
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32	14.737.260		14.737.260	593.184
Outros activos financeiros detidos para negociação	16/17	90.889		90.889	1.217.258
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
Activos financeiros disponíveis para venda		0		0	0
Aplicações em instituições de crédito	32	0		0	0
Créditos a clientes	20/21	671.087.072	45.986.471	625.100.601	582.022.053
Investimentos detidos até à maturidade					
Activos com acordo de recompra					
Derivados de cobertura	16/18	100.670		100.670	1.397.036
Activos não correntes detidos para venda	19	480.968	98.697	382.271	344.495
Propriedades de investimento					
Outros activos tangíveis	22	16.133.166	8.232.858	7.900.308	6.000.416
Activos intangíveis	23	17.717.973	7.285.315	10.432.658	8.404.002
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos por impostos correntes	24	2.505		2.505	22.715
Activos por impostos diferidos	15/24	844.022		844.022	426.416
Outros activos	25	22.717.189		22.717.189	18.215.237
Total de Activo		743.914.687	61.603.341	682.311.346	618.645.985
Passivo					
Recursos de bancos centrais					
Passivos financeiros detidos para negociação	16/17	699.459		699.459	0
Recursos de outras instituições de crédito	26	532.563.527		532.563.527	475.383.929
Recursos de clientes e outros empréstimos	27	8.134.592		8.134.592	8.542.087
Responsabilidades representadas por títulos					
Passivos financeiros associados a activos transferidos					
Derivados de cobertura	16/18	6.910.562		6.910.562	117.048
Passivos não correntes detidos para venda					
Provisões	21	75.158		75.158	35.999
Passivos por impostos correntes	15/24	129.779		129.779	1.666.992
Passivos por impostos diferidos	15/24	0		0	271.290
Instrumentos representativos de capital					
Outros passivos subordinados					
Outros passivos	25	14.456.942		14.456.942	21.129.307
Total de Passivo		562.970.019		562.970.019	507.146.652
Capital					
Capital	29	28.800.000		28.800.000	28.800.000
Prémios de emissão		3.748.553		3.748.553	3.748.553
Outros instrumentos de capital		0		0	0
Reservas de reavaliação					
Outras reservas e resultados transitados (Acções próprias)	30	78.950.779		78.950.779	66.640.886
Resultado do exercício (Dividendos antecipados)		7.841.995		7.841.995	12.309.894
Total de Capital		119.341.327		119.341.327	111.499.333
Total de Passivo e Capital		682.311.346		682.311.346	618.645.985

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório e Contas de 2008

COFINOGA (Portugal) S.G.P.S, S.A Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2008

	Notas/ Quadros anexos	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Juros e rendimentos similares	7	73.311.313	65.316.048
Juros e encargos similares	7	34.497.494	28.605.918
Margem Financeira		36.813.819	36.710.130
Rendimentos de instrumentos de capital			
Rendimentos de serviços e comissões	8	12.970.739	8.771.986
Encargos com serviços e comissões	8	1.953.017	1.366.534
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (Líquido)	9	(1.344.597)	652.874
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (Líquido)	9		
Resultados de reavaliação cambial (Líquido)			
Resultados de alienação de outros activos	12	15.305	2.023.850
Resultado de alienação de activos não correntes disponíveis para venda	13	(750.390)	(489.270)
Outros resultados de exploração	14	11.260.707	11.949.207
Produto Bancário		59.012.566	58.252.243
Custos com pessoal	10	8.023.400	7.384.096
Gastos gerais administrativos	11	21.904.036	22.621.031
Depreciações e amortizações	22/23	3.199.433	2.348.633
Provisões líquidas de reposições e anulações		62.789	0
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	15.357.299	9.112.675
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	21	41.867	(36.534)
Resultado antes de impostos		10.423.742	16.822.342
Impostos			
Correntes	15	3.270.642	4.355.273
Diferidos	15	(688.895)	157.175
Resultado após impostos		7.841.995	12.309.894
Do qual : Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0
Resultado líquido do exercício		7.841.995	12.309.894

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório e Contas de 2008

COFINOGA (Portugal) S.G.P.S., S.A Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício em 31 de Dezembro de 2008

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Actividades operacionais		
Juros e proveitos recebidos	71.538.708	63.985.974
Juros e custos pagos	(36.329.843)	(29.897.106)
Resultados de serviços e comissões	11.017.723	9.297.115
Recuperações de crédito e juros vencidos	6.720.818	6.296.841
Pagamentos a empregados e fornecedores	(30.229.452)	(63.257.202)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	22.717.954	(13.574.379)
Diminuições (aumentos) em:		
Disponibilidades em Bancos Centrais	(200)	(435)
Disponibilidades em instituições de crédito	14.154.900	(3.024.976)
Derivados activos de negociação	(1.126.369)	593.398
Derivados activos de cobertura	(1.296.366)	(543.412)
Aplicações em instituições de crédito	0	(285.850)
Créditos a clientes	44.394.097	58.073.693
Outros activos e contas de regularização	4.285.676	6.960.765
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	60.411.738	61.773.183
Aumentos (diminuições) em:		
Recursos de outras instituições de crédito	56.840.940	49.258.854
Recursos de clientes	(407.496)	(606.815)
Derivados passivos de negociação	699.459	(410)
Derivados passivos de cobertura	6.793.514	117.048
Outros passivos e contas de regularização	(6.665.896)	(4.687.027)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	57.260.521	44.081.650
Pagamento de impostos sobre lucros	(5.064.539)	(3.453.022)
Fluxos de actividades operacionais líquido	20.804.632	664.132
Actividades de investimento		
Vendas de empresas filiais e associadas	0	0
Aquisições de activos intangíveis e outros activos tangíveis	(12.796.056)	(2.037.177)
Vendas de activos intangíveis e outros activos tangíveis	44.361	203.184
Dividendos recebidos e outros proveitos	0	0
Fluxos de actividades de investimento	(12.751.695)	(1.833.993)
Actividades de financiamento		
Amortizações de dívida titulada	0	0
Juros de dívida titulada	,	0
Distribuição de dividendos	0	0
Fluxos de actividades de financiamento	0	0
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	8.052.937	(1.169.861)
Caixa e seus equivalentes no início do período	(499.470)	670.391
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.553.467	(499.470)

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório e Contas de 2008

COFINOGA (Portugal) S.G.P.S., S.A

Mapa de Alterações na Situação Líquida Consolidada para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2006 NIC	28.800.000	3.748.553	5.296.742	50.317.589	11.026.555	99.189.439
Aplicação do resultado 2006			805.667		(11.026.555)	
Constituição reserva legal (10% lucros líquidos)						
Incorporação em Outras reservas do resultado líquido de 2007				10.220.888		
Resultado de 2007					12.309.894	
Saldo em 31 de Dezembro de 2007 NIC	28.800.000	3.748.553	6.102.409	60.538.477	12.309.894	111.499.333

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

COFINOGA (Portugal) S.G.P.S., S.A

Mapa de Alterações na Situação Líquida Consolidada para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008

	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2007 NIC	28.800.000	3.748.553	6.102.409	60.538.477	12.309.894	111.499.333
Aplicação do resultado 2007					(12.309.894)	
Constituição reserva legal (10% lucros líquidos)			1.199.844			
Incorporação em Outras reservas do resultado líquido de 2007				11.110.049		
Resultado de 2008					7.841.995	
Saldo em 31 de Dezembro de 2008 NIC	28.800.000	3.748.553	7.302.253	71.648.526	7.841.995	119.341.327

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO



INTRODUÇÃO

A COFINOGA (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante designada de “Empresa” ou Cofinoga) foi constituída em 17 de Julho de 1997. A Empresa tem a sua sede social no Porto.

O objecto da Empresa é o legalmente consentido às sociedades gestoras de participações sociais, nomeadamente a gestão de participações em outras sociedades como forma indirecta do exercício de actividades económicas e a prestação de serviços técnicos de administração e gestão.

NOTA 1 - ESTRUTURA DO GRUPO

A Empresa como núcleo de um Grupo financeiro (Grupo COFINOGA Portugal) detém participações em empresas filiais. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais das empresas.

A estrutura do Grupo analisa-se como segue:

Denominação Social	Sede	% de participação de capital		
		Directa	Indirecta	Total
Subsidiárias:				
Credifin - Banco de Crédito ao Consumo, SA	Porto	100,00	-	100,00
Fideplus - Prestação de Serviços Promocionais de Marketing e Fidelização, Lda	Porto	99,60	0,40	100,00

A actividade das subsidiárias do Grupo são como segue:

(I) CREDIFIN – Banco de Crédito ao Consumo, SA

O CREDIFIN – Banco de Crédito ao Consumo, SA, (Credifin BCC) é uma Instituição Financeira cuja actividade está agora regulada pelo Decreto - Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, com as devidas alterações aportadas pelos Decretos - Lei 246/95 e 232/96, tendo sido constituída em 5 de Novembro de 1990. Até final de Agosto de 1998 tratava-se de uma Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, regulada pelo Decreto - Lei n.º 206/95 de 14 de Agosto.

O Banco tem a sua sede social no Porto e opera actualmente com duas delegações – Porto (Sede) e Lisboa.

A actividade do Banco consiste fundamentalmente na concessão de crédito a particulares e profissionais livres, para a aquisição de bens de consumo duradouros e serviços. Esta actividade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

(II) FIDEPLUS – Prestação de Serviços Promocionais de Marketing e Fidelização, Lda

A FIDEPLUS – Prestação de Serviços Promocionais de Marketing e Fidelização, Lda (FIDEPLUS) foi constituída em 24 de Agosto de 2000. A actividade da empresa consiste na prestação de serviços nomeadamente acções promocionais e de marketing, intermediária em sistemas de fidelização, compra e venda de veículos de



Aluguer de longa Duração. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta sociedade não exerceu qualquer actividade.

Os dados financeiros mais significativos extraídos das demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas são como segue:

Empresas	Total do activo		Resultados Líquidos		Capitais Próprios	
	31-12-2008	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2007
Credifin Bcc, S.A	687.447.617	622.918.715	7.152.190	11.081.304	85.229.721	78.077.531
Fideplus, Lda	6.130	17.973	(2.817)	(16.204)	(1.342)	1.476

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

As demonstrações financeiras da COFINOGA (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo as disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

No exercício de 2006, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº1606/2002 do parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e das suas filiais passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS).

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras consolidadas da COFINOGA (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, foram preparadas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) estabelecido pelo Banco de Portugal através da Instrução 4/96, de 17 de Junho. A COFINOGA (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, apresentou em 2006, pela primeira vez, as demonstrações financeiras de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.

A Cofinoga SGPS optou por não aplicar as normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas sem aplicação obrigatória em 2008.

Actualmente, a Cofinoga SGPS encontra-se a avaliar as normas que eventualmente possam ter algum impacto nas demonstrações financeiras, a seguir listadas, não tendo ainda concluída a sua análise:

IAS 1 (revisto) – Apresentação de Demonstrações Financeiras

(Entrada em vigor: exercícios iniciados em, ou após, 1 de Janeiro de 2009)

Esta revisão tem como objectivo melhorar a possibilidade de análise e de comparação da informação prestada pelas demonstrações financeiras.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

(Entrada em vigor: exercícios iniciados em, ou após, 1 de Janeiro de 2009)



A IFRS 8 substitui a IAS 14 – Reporte por segmentos. A IFRS 8 exige que uma entidade reporte informação descritiva e financeira sobre os segmentos de reporte, que deverão corresponder a segmentos operacionais ou a grupos de segmentos operacionais que respeitem o mesmo critério específico.

NOTA 3 – PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

3.1 Consolidação de empresas filiais e registo de empresas associadas

A Cofinoga detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. Empresas filiais são aquelas em que a Empresa detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa. Empresas associadas são aquelas em que a Cofinoga exerce, directa ou indirectamente, influência significativa sobre a sua gestão e as suas políticas financeiras mas não detém o controlo da empresa. Como regra geral, presume-se que existe controlo quando a participação de capital é superior a 50% e que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

As demonstrações financeiras das empresas filiais são consolidadas pelo método de integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de integração global são eliminados no processo de consolidação. Quando necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo Cofinoga.

As empresas associadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Segundo este método, o valor do investimento inicialmente reconhecido pelo custo é ajustado pela alteração pós-aquisição do valor dos activos líquidos da empresa associada, na proporção detida pelo Grupo.

Conforme previsto na IFRS 3 e de acordo com as políticas contabilísticas em vigor no Grupo Cofinoga até à data de transição para as IAS/IFRS, o valor do *badwill* gerado em investimentos efectuados até 31 de Março de 2004 foi integralmente deduzido aos capitais próprios.

As diferenças de consolidação positivas - *badwill* - correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas filiais e associadas na data da primeira consolidação ou do registo pelo método da equivalência patrimonial são imediatamente reconhecidas em resultados.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Cofinoga SGPS e das empresas filiais e associadas, estes na proporção da participação efectiva e do período de detenção respectivos após se efectuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

3.2 Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos pelo Grupo na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.



A Cofinoga classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção. Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- preços de um mercado activo; e
- tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efectuado ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

3.2.1 Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada "uma falta de balanceamento contabilística");
- um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou
- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.



A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidas em resultados.

3.2.2 Créditos e outros valores a receber

O crédito e outros valores a receber compreende todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao justo valor. Em geral, o justo valor corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados às operações de crédito).

Subsequentemente, os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Grupo à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A Cofinoga classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento. Nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas (vincendas ou vencidas).

O Grupo procede ao abate de créditos ao activo (write-offs) de operações que considere irrecuperáveis ou de difícil recuperação e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

Os créditos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, e que de outra forma seriam considerados créditos vencidos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

As garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados nas contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Os créditos designados como activos cobertos são valorizados de acordo com a política descrita na nota 3.3.1 – Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura – Derivados de cobertura.

Imparidade de crédito a clientes

Os créditos e valores a receber e garantias são sujeitos a testes de imparidade com periodicidade mensal. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar



uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com o IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado, que possa ser estimado com fiabilidade.

O IAS 39 define alguns eventos que podem ser indicadores de evidência objectiva de imparidade (incumprimento de contrato, tais como atraso no pagamento de capital ou juros; probabilidade do mutuário entrar em falência; dificuldades financeiras significativas por parte de um emitente ou cliente) mas, em algumas circunstâncias, a determinação do valor das perdas por imparidade implica a utilização do julgamento profissional (estimativas e pressupostos).

A existência de evidência objectiva de situações de imparidade é avaliada com referência à data de apresentação das demonstrações financeiras. A avaliação da imparidade é efectuada em base individual para créditos de montante significativo e em base colectiva e individual para as operações que não sejam de montante significativo. Caso para determinado crédito não exista evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Análise individual

Para os activos relativamente aos quais existe evidência objectiva de imparidade numa base individual, o cálculo da imparidade é efectuado operação a operação, tendo como referência a informação que consta dos modelos de análise de risco de crédito do Cofinoga os quais consideram, entre outros, os seguintes factores:

- Exposição global do cliente e natureza das responsabilidades contraídas junto da Empresa;
- operações financeiras ou não financeiras (nomeadamente, responsabilidades de natureza comercial ou garantias de boa execução);
- notação de risco do cliente determinada através de um sistema de cálculo implementado na Cofinoga. Esta notação de risco incorpora, entre outras, as seguintes características:

- i) situação económico-financeira do cliente;
- ii) risco do sector de actividade em que opera;
- iii) qualidade de gestão do cliente, medida pela experiência no relacionamento com o Grupo e pela existência de incidentes;
- iv) qualidade da informação contabilística apresentada.
- v) natureza e montante das garantias associadas às responsabilidades contraídas junto do Grupo; e
- vi) crédito em situação de incumprimento superior a 30 dias.

Nestas situações, o montante das perdas identificadas são calculadas com base na estimativa do valor que se espera recuperar do crédito, após custos de recuperação, actualizado à taxa de juro efectiva durante o período correspondente à diferença entre a data de referência de cálculo da imparidade e a data prevista para a recuperação dos fluxos de caixa estimados.



De salientar que, a estimativa do valor recuperável do crédito reflecte os fluxos de caixa que poderão resultar da execução das garantias ou colaterais associados ao crédito concedido, deduzido dos custos inerentes ao respectivo processo de recuperação.

Os activos avaliados individualmente e para os quais não existam indícios objectivos de imparidade são incluídos num grupo de activos com características de risco de crédito semelhantes, e a existência de imparidade é avaliada colectivamente.

Os activos avaliados individualmente e para os quais é reconhecida uma perda por imparidade são excluídos das análises colectivas.

Análise colectiva

Os *cash-flows* futuros de grupos de crédito sujeitos a análise colectiva de imparidade são estimados com base na experiência histórica de perdas para activos com risco de crédito semelhante. A existência de uma mensalidade em atraso constitui o “facto gerador” do cálculo da imparidade do crédito segundo o IAS 39.

Os *inputs* para cálculo da imparidade colectiva são obtidos por aplicação de uma modelização estatística dos fluxos de recuperação e perdas integrando todos os movimentos possíveis entre os diferentes estratos, com base dos dados históricos observados.

A análise colectiva envolve a estimativa dos seguintes factores de risco:

- Possibilidade de uma operação ou cliente em situação regular vir a demonstrar indícios de imparidade manifestados através de atrasos ocorridos durante o período de emergência (período de tempo que medeia entre a ocorrência do evento da perda e a identificação desse mesmo evento por parte da Empresa) conforme previsto no IAS 39, estas situações correspondem a perdas incorridas mas ainda não observadas, ou seja, casos em que o evento de perda já ocorreu mas a Empresa ainda não o identificou;
- Possibilidade de uma operação ou cliente que já registou atrasos entrar em incumprimento (situação de contencioso) durante o prazo residual da operação; e
- Perda económica das operações no caso de entrarem em situação de incumprimento.

Os dados históricos observados dos fluxos de recuperação e perdas são actualizados periodicamente e segmentados segundo o tipo de produtos comercializados pelo Grupo (Cartão, PPR, PPC) de forma a considerar as suas especificidades.

Para as exposições com evidência objectiva de imparidade, o montante da perda resulta da comparação entre o valor de balanço e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados. Para efeitos de actualização dos fluxos de caixa futuros é considerada a taxa de juro original do contrato.

Para a determinação da percentagem de perda estimada para as operações ou clientes em situação de incumprimento são considerados os pagamentos efectuados pelos clientes após o incumprimento, deduzidos de custos directos do processo de recuperação. Os fluxos considerados são descontados à taxa de juro das operações e comparados com a exposição existente no momento em que o cliente entrou em incumprimento.



3.2.3 Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção da Empresa é a sua detenção por um período indeterminado de tempo (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Em caso de evidência de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

3.3 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os Outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.



Caso a Cofinoga recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

3.4 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que a Empresa negocia os contratos e são subsequentemente remensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercados cotados em mercado activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como activos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

O Grupo possui derivados de negociação e de cobertura.

Os derivados de negociação, são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

3.4.1 Derivados de cobertura

O Grupo utiliza derivados de taxa juro para cobertura de justo valor do activo, nomeadamente crédito a clientes. O Grupo dispõe de documentação formal da relação de cobertura identificando, aquando da transacção inicial, o instrumento que está a ser coberto a estratégia e tipo de risco coberto, o derivado de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Mensalmente o Grupo testa a eficácia das coberturas, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto com a variação de justo valor do instrumento de cobertura (derivado), por forma a confirmar se a relação entre ambos se situa num intervalo entre 80% e 125%

Os testes de eficácia das coberturas são devidamente documentados em cada final do mês assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de derivados de cobertura são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação de justo valor de activos ou passivos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto e à parte eficaz da cobertura, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos activos ou passivos cobertos.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, por variação relativa ao justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo (80%-125%), os derivados são reclassificados para negociação sendo o valor de reavaliação dos instrumentos cobertos reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

3.4.2 Derivados embutidos

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rendibilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do



contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subseqüentes reconhecidas na demonstração de resultados.

3.5 Activos e passivos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio oficial, divulgada pelo Banco de Portugal, em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

A Empresa às datas de 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, não possui no seu activo ou passivo elementos em moeda estrangeira.

3.6 Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

3.7 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.



3.8 Activos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica custos de aquisição de sistemas informáticos, assim como os custos necessários à sua implementação, custos com registo de marcas e direitos de ingresso de cartões privativos, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de 3 anos para o software e despesas de desenvolvimento, no caso dos custos com o registo de marcas, pelo período pelo qual a Gestão estima que a marca será utilizada (entre os 5 e os 10 anos) e pelo período pelo qual o direito de ingresso foi contratado (7 anos).

Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos.

O Grupo, até à data, não reconheceu quaisquer activos intangíveis desenvolvidos internamente.

3.9 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis são activos utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os terrenos não são amortizados. As reintegrações de outros activos tangíveis adquirido até 1999 inclusive, são calculadas pelo método das quotas constantes. As reintegrações de outros activos tangíveis adquiridos após 2000 (inclusive) são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos.

As taxas actualmente aplicadas aos outros activos tangíveis, que reflectem a vida útil esperada dos bens, são as seguintes:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis	50
Mobiliário e Material	10
Máquinas e Ferramentas	4 - 10
Equipamento Informático	4 - 10
Instalações interiores	4 - 10
Material de Transporte	4
Outros	8

3.10 Locação financeira

A contabilização de um contracto de locação é efectuada de acordo com o tipo de contracto, isto é, se o Grupo assume o papel de locador ou locatário:

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado



financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo, na rubrica Outros activos tangíveis por contrapartida da rubrica Outros passivos, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. Os outros activos tangíveis são amortizados conforme descrito na Nota 2.8..

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica Contas de regularização do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

3.11 Activos recebidos por recuperação de crédito

A política da Cofinoga para activos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Os activos recebidos por recuperação de créditos são classificados na rubrica de activos não correntes detidos para venda, uma vez que cumpram com os seguintes critérios:

- existência de um plano de venda;
- activo esteja disponível para venda imediata;
- a venda ser altamente provável;
- o preço de venda ser coerente com os preços de mercado; e
- ser expectável que a venda seja completada no prazo de um ano.

Estes activos são inicialmente registados, pelo menor de entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos estão sujeitos a testes de imparidade e são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados e poderão ser revertidas perdas de imparidade até à extensão, em que foram reconhecidas anteriormente.

3.12 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Cofinoga tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

3.13 Benefícios aos empregados

O Grupo não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do sector bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo Sistema de Segurança Social.

Bónus a empregados

O bónus a empregados atribuídos pelo Grupo são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.



3.14 Instrumentos de Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

3.15 Impostos sobre os lucros

A Empresa, as suas subsidiárias e associadas estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada, que em 31 de Dezembro de 2008 era de 25% acrescida da derrama, resultando numa taxa agregada de 26,5% (2007: 26,5%).

A Empresa regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IRC e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

A taxa utilizada no cálculo do imposto diferido é a aplicável ao imposto corrente a vigorar no exercício de 2008 (26,5%).

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são dedutíveis aos lucros fiscais dos seis anos seguintes. Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo não tinha prejuízos fiscais disponíveis.

O cálculo dos impostos correntes e diferidos relativos a alguns dos impactos da transição para as NIRF, foram baseadas em pressupostos, que foram objecto de confirmação por parte das autoridades fiscais.

3.16 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações criados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos.

Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos aos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

3.17 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior 3 meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

3.18 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras o Grupo efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Imparidade de crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar, incluindo de activos a recuperar. Estas estimativas são efectuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos Clientes. Eventuais diferenças entre os pressupostos utilizados e o comportamento futuro dos créditos, ou alterações nos pressupostos adoptados pela Cofinoga, têm impacto nas estimativas efectuadas.

Justo valor de derivados e activos financeiros não cotados

O justo valor de instrumentos financeiros derivados e activos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, utilizando pressupostos de mercado. Os resultados alcançados com este modelo dependem dos pressupostos utilizados.

Impostos sobre lucros

A Cofinoga reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

NOTA 4 – GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

4.1 Gestão do risco

O Grupo encontra-se exposto a diversos tipos de riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor). O programa de gestão de risco do Grupo tem um enfoque na incerteza associada aos mercados

financeiros e tenta minimizar os potenciais riscos adversos que podem afectar a performance financeira do Grupo.

Os riscos da actividade do Grupo, nomeadamente os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez, operacional e de *compliance*, são analisados e controlados pelo Conselho de Administração da Sociedade, nas suas reuniões trimestrais. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objectivos e orientações estabelecidos, é garantida pela existência dum sistema de "reporting" de periodicidade diária, mensal e trimestral que permite aferir com rigor e tempestividade da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-activa.

4.2 Risco de crédito

O Grupo assume exposições de risco de crédito, que se traduz no risco de uma contraparte não ser capaz de pagar a totalidade dos montantes quando devidos.

O controlo do risco de crédito, inicia-se na determinação das políticas para cada um dos produtos comercializados pela Instituição, e para os diferentes canais de distribuição utilizados. Uma criteriosa selecção desses canais é efectuada, e o seu seguimento em termos de performance é efectuado de forma regular.

As políticas de crédito são emitidas pela Direcção de Risco e aprovadas pelo Conselho de Administração. Estas são postas em prática pela DOP, mais concretamente pelos Departamentos de Aceitação, Validação e Serviço de Apoio a Clientes.

Estão instituídos diversos controlos no Grupo para garantir o cumprimento das regras internas de aceitação e validação.

Mensalmente é efectuado um Comité de Risco, com a participação do Director Geral, Director Marketing, Director Comercial, Director de Risco, Responsável do Risco, Director das Operações, Director Administrativo Financeiro e Responsável do Controlo Interno. Nestas reuniões são analisados os resultados divulgados pela Direcção de Risco ao nível da progressão do risco e das taxas de aceitação por produto e actividade, analisadas eventuais inconformidades detectadas na sequência da realização dos testes acima mencionados e debatidas as eventuais alterações a introduzir ao nível dos procedimentos de aceitação e validação de forma a ajustar o risco de crédito aos objectivos definidos pelo Conselho de Administração.

O processo de concessão de crédito de acordo com os critérios definidos assenta na observância dos seguintes princípios fundamentais:

- na recolha e análise de informação sobre a operação, e os seus intervenientes, conducente à filtragem através dum "Scoring" específico para cada produto. O Scoring é ventilado na maioria dos produtos;
- numa criteriosa análise de documentação e informações adicionais tendentes a detectar e prevenir o risco de fraude quer por parte dos Clientes, quer por parte dos canais de distribuição; e
- definição de um *rating* de fornecedores que permita uma selecção cuidada dos clientes por ponto de venda.



O Grupo dispõe do apoio regular da Direcção de Risco da Cofinoga S.A. (França), no seguimento das performances dos “Scorings”, bem como na elaboração dos próprios modelos, no estudo de medidas correctivas, e na determinação e adequação de políticas para os novos produtos ou canais de comercialização.

O Grupo utiliza uma diversidade de políticas e práticas de forma a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias colaterais aquando do adiantamento de fundos. O Grupo implementa orientações em relação à aceitabilidade de classes específicas de colateral ou de mitigação do risco de crédito.

Os principais tipos de colateral para créditos e valores a receber são:

- Livrança e reserva de propriedade.

Créditos individuais de baixo valor e recorrentes geralmente não têm garantia.

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela abaixo representa o pior cenário a nível de exposição da Cofinoga a risco de crédito a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para activos no balanço, a exposição definida abaixo é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
31 de Dezembro de 2008			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14.737.260	0	14.737.260
Outros activos financeiros detidos para negociação (derivados)	90.889	0	90.889
Derivados de cobertura	100.670	0	100.670
Crédito a clientes	671.087.072	45.986.471	625.100.601
Outros activos	14.747.478	0	14.747.478
	700.763.369	45.986.471	654.776.898
31 de Dezembro de 2007			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	593.184	0	593.184
Outros activos financeiros detidos para negociação (derivados)	1.217.258	0	1.217.258
Derivados de cobertura	1.397.036	0	1.397.036
Crédito a clientes	619.342.213	37.320.160	582.022.053
Outros activos	12.184.212	0	12.184.212
	634.733.903	37.320.160	597.413.743

Para efeitos de determinação de imparidade, a carteira de crédito do Cofinoga encontra-se segmentada da seguinte forma:

2008							
Crédito e juros vencidos	Cientes com 1º atrasos	Cientes com atrasos	Duvidosos	Reestruturados	Pré Contencioso	Contencioso	Total
Valor bruto	56.497.792	8.113.201	8.937.995	8.997.811	12.027.648	37.326.431	131.900.879
Imparidade	(3.981.343)	(1.252.047)	(4.472.498)	(2.324.709)	(6.745.040)	(27.210.833)	(45.986.471)
	52.516.449	6.861.154	4.465.497	6.673.102	5.282.608	10.115.598	
	-7,05%	-15,43%	-50,04%	-25,84%	-56,08%	-72,90%	
2007							
Crédito e juros vencidos	Cientes com 1º atrasos	Cientes com atrasos	Duvidosos	Reestruturados	Pré Contencioso	Contencioso	Total
Valor bruto	47.853.938	8.449.412	5.215.549	7.474.167	7.332.964	32.472.871	108.798.900
Imparidade	(3.365.723)	(1.330.764)	(2.492.438)	(1.906.128)	(4.139.033)	(24.086.075)	(37.320.160)
	44.488.215	7.118.648	2.723.112	5.568.039	3.193.931	8.386.796	
	-7,03%	-15,75%	-47,79%	-25,50%	-56,44%	-74,17%	

Crédito a clientes não vencidos nem em imparidade

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos que não estão vencidos nem em imparidade encontra-se a ser analisada com base em informação histórica sobre o incumprimento das contrapartes.



A tabela seguinte apresenta uma análise da qualidade de crédito dos clientes sem incumprimento:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Saldos de novos créditos a clientes (menos de 6 meses)	105.330.271	118.079.311
Saldos de créditos a clientes sem histórico de incumprimento	295.988.715	279.493.449
Saldos de créditos a clientes com histórico de incumprimento	191.993.256	166.510.059
	593.312.242	564.082.819

Disponibilidades, aplicações em instituições financeiras e instrumentos financeiros derivados

A segmentação da exposição a risco de crédito dos restantes activos financeiros, por classe de rating da S&P ou equivalente é apresentada como segue:

	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Outros activos financeiros detidos para negociação	Derivados de Cobertura	Total
31-12-2008				
AA- a AA+	372.330	90.889	100.670	563.888
A- a A+	14.364.930			14.364.930
Menor que A-				0
Sem rating				0
Total	14.737.260	90.889	100.670	14.928.818
31-12-2007				
AA- a AA+	103.764	1.217.258	1.397.035	2.718.057
A- a A+	489.420			489.420
Menor que A-				0
Sem rating				0
Total	593.184	1.217.258	1.397.035	3.207.477

Crédito a clientes vencidos mas não em imparidade

Todos os créditos a clientes que se encontrem vencidos há pelo menos 30 dias são considerados como estando em imparidade, não tendo o Grupo clientes vencidos sem imparidade calculada.

Crédito a clientes considerados individualmente em imparidade

Não existem no Grupo situações de crédito a clientes considerados individualmente para o cálculo de imparidade.

Crédito a clientes renegociado

A renegociação de créditos inclui a extensão dos períodos de pagamentos, planos aprovados de gestão externa, modificação e diferimento de pagamentos. Após a renegociação, um cliente anteriormente em incumprimento é considerado em cumprimento e volta a ser gerido juntamente com contas similares. As políticas e práticas de reestruturação são baseadas em indicadores ou critérios que, na opinião da gestão, indicam que os pagamentos irão muito provavelmente continuar. Estas políticas são mantidas em constante revisão. O montante de empréstimos e



adiantamentos renegociados que de outra forma seriam considerados vencidos ou em imparidade não são significativos no Grupo.

Em 2008, a Cofinoga procedeu à renegociação de créditos no montante de 43,817 euros (2007: 0€), que de outra forma seriam considerados como créditos vencidos.

Concentração de risco de crédito

O quadro abaixo apresenta a exposição da Cofinoga de acordo com os valores de balanço dos activos, categorizados por sector de actividade.

2008	Particulares	Empresas	Instituições Financeiras	Estado	Total
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	14.737.260	0	14.737.260
Outros activos financeiros detidos para negociação	0	0	90.889	0	90.889
Créditos a Clientes	479.416.721	113.895.520	0	0	593.312.241
Derivados de Cobertura	0	0	100.670	0	100.670
Outros activos	6.967.246	6.688.309	0	1.091.922	14.747.477
Total	486.383.967	120.583.829	14.928.819	1.091.922	622.988.537

2007	Particulares	Empresas	Instituições Financeiras	Estado	Total
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	593.184	0	593.184
Outros activos financeiros detidos para negociação	0	0	1.217.258	0	1.217.258
Créditos a Clientes	451.252.913	112.829.905	0	0	564.082.818
Derivados de Cobertura	0	0	1.397.036	0	1.397.036
Outros activos	6.621.978	4.594.238	0	967.993	12.184.209
Total	457.874.891	117.424.143	3.207.478	967.993	579.474.505

4.3 Risco Cambial

Todas as transacções do Grupo são negociadas e liquidadas em Euros, pelo que não está sujeita a este tipo de risco.

4.4 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro associado a fluxos de caixa é o risco dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco de taxa de juro associado ao justo valor é o risco do justo valor de um instrumento financeiro variar devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

O principal risco de taxa de juro advém de eventuais subidas da taxa de juro. Isto porque o aumento do custo do financiamento do Grupo não é reflectido de forma imediata nos proveitos de clientes, dado que o Grupo pratica taxas de juro fixas nos contratos de crédito concedido. O risco de taxa de juro foi gerido de acordo com as normas internacionais do Grupo. A cobertura de risco de taxa de juro do passivo de financiamento do Grupo é controlada e negociada pela Cofinoga (França), sendo a estratégia de cobertura delineada posteriormente comunicada e analisada com a DAF. O Grupo também gere o risco de taxa de juro associado ao crédito a clientes, através da contratação de "Swaps" de taxa de juro.

O risco de taxa de juro é medido por um modelo de repricing gap sobre os activos e passivos susceptíveis a variações de taxa de juro. De um modo sucinto, este modelo agrupa os activos e passivos financeiros em intervalos de tempo fixos (datas de vencimento ou de primeira revisão de taxa de juro, quando a mesma está indexada). A administração determina limites para os níveis do repricing da taxa de juro que podem ser assumidos pelo Grupo, que são monitorizados diariamente pelo departamento financeiro.



O Repricing gap a 31 de Dezembro de 2008 é como segue:

	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Disponibilidades em outras IC	14.737.260	0	0	0	0	14.737.260
Outros activos financeiros detidos para negociação	0	90.889	0	0	0	90.889
Crédito vincendo	0	84.783.321	164.656.496	317.524.488	26.347.937	593.312.242
Derivados de cobertura	0	100.670	0	0	0	100.670
Total do Activos Financeiros	14.737.260	84.974.880	164.656.496	317.524.488	26.347.937	608.241.061
Recursos de IC's e encargos	7.186.766	525.376.761	0	0	0	532.563.527
Passivos financeiros detidos para negociação	0	699.459	0	0	0	699.459
Derivados de cobertura	0	6.910.562	0	0	0	6.910.562
Total do Passivos Financeiros	7.186.766	532.986.782	0	0	0	540.173.548
Gap	7.550.494	(448.011.902)	164.656.496	317.524.488	26.347.937	68.067.513
Gap acumulado	7.550.494	(440.461.408)	(275.804.912)	41.719.576	68.067.513	

O Repricing gap a 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Disponibilidades em outras IC	593.184	0	0	0	0	593.184
Outros activos financeiros detidos para negociação	0	1.217.258	0	0	0	1.217.258
Crédito vincendo	0	79.118.595	158.997.895	305.176.489	20.789.820	564.082.799
Derivados de cobertura	0	1.397.036	0	0	0	1.397.036
Total do Activos Financeiros	593.184	61.732.889	158.997.895	305.176.489	20.789.820	567.290.277
Recursos de IC's e encargos	1.095.826	474.288.103	0	0	0	475.383.929
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	117.048	0	0	0	117.048
Total do Passivos Financeiros	1.095.826	474.405.151	0	0	0	475.500.977
Gap	(502.642)	(392.672.262)	158.997.895	305.176.489	20.789.820	91.789.300
Gap acumulado	(502.642)	(393.174.904)	(234.177.009)	70.999.480	91.789.300	

Análise de sensibilidade

A Cofinoga utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juro de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afectam rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de Credifin futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% em taxas de juro de mercado a 31 de Dezembro de 2008 resultaria num aumento ou diminuição do lucro antes de imposto de aproximadamente 2.986.932 EUR (2007: 3.023.933 EUR).

4.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição de crédito não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

Cabe sobretudo à Direcção Administrativa e Financeira (DAF), o controlo destes riscos, elaborando para o efeito os elementos a disponibilizar ao Conselho de Administração.

A gestão de curto prazo dos fundos é desenvolvida com base nas previsões efectuadas para um período mínimo de 15 dias pelo Departamento de Tesouraria e que são ajustadas diariamente. Este intervalo de tempo na previsão, permite tomar decisões atempadas, sobretudo no que concerne à tomada de fundos ao abrigo de contratos já existentes, minimizando o risco de ruptura do stock mínimo de segurança de capital.

As propostas ao nível da gestão de liquidez de curto prazo (Tomadas e Aplicações de Fundos) são revistas e autorizadas semanalmente pelo Responsável da Tesouraria com uma antecedência mínima de pelo menos 15 dias. Este verifica ainda diariamente o cumprimento dos stocks mínimos de segurança de capital.

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante global das linhas de crédito concedidas, mas não utilizadas pelo Grupo ascendia a cerca de €380 milhões. A aprovação da contratação das novas linhas de financiamento é aprovada pelo Director Financeiro com base na previsão da liquidez a 12 meses e a 3 anos, nas quais são utilizados diversos cenários possíveis:

- Pessimista (no qual todas as linhas de crédito são reembolsadas e não renovadas no termo do contrato);
- Provável;
- Optimista (que tem por base o cenário provável conjugado com a aceitação de propostas de crédito em curso).

É uma das responsabilidades da DAF, assegurar a liquidez por um prazo superior a 1 ano. O risco de liquidez é ainda atenuado em função da forte solidez financeira do Grupo Internacional em que a empresa se insere.

No que diz respeito à análise ao risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Portugal, o Banco recorre ainda ao conceito de Gap de liquidez. A tabela seguinte analisa os activos e passivos financeiros da Credifin por intervalos de maturidade relevantes, tendo por base a maturidade residual às datas de balanço. Os montantes que constam da tabela são cash flows contratuais não descontados.



31 de Dezembro de 2008	À vista	Até 12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14.737.260	0	0	0	14.737.260
Outros activos financeiros detidos para negociação	0	4.021.059	169.679	0	4.190.737
Crédito a clientes	250.292	253.764.391	349.351.341	28.746.674	632.112.698
Derivados de Cobertura	0	6.889.347	3.786.323	0	10.675.670
Outros activos	0	9.840.772	4.457.229	449.476	14.747.477
Total de activos	14.987.552	274.515.569	357.764.571	29.196.150	676.463.842
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	0	6.607.664	440.120	0	7.047.784
Recursos de outras instituições de crédito	7.186.766	239.910.309	285.466.452	0	532.563.527
Recursos de clientes e outros empréstimos	0	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	11.207.080	8.809.850	0	20.016.930
Outros passivos	0	9.952.198	31.920	32.335	10.016.453
Total de passivos	7.186.766	267.677.250	294.748.343	32.335	569.644.694
Gap	7.800.786	6.838.319	63.016.228	29.163.815	
31 de Dezembro de 2007					
	À vista	Até 12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	593.184	0	0	0	593.184
Outros activos financeiros detidos para negociação	0	13.006.974	1.668.519	0	14.675.493
Crédito a clientes	243.847	264.566.211	341.334.676	22.860.575	629.005.309
Derivados de Cobertura	0	4.655.186	2.562.280	0	7.217.467
Outros activos	0	7.496.924	4.346.976	340.309	12.184.209
Total de activos	837.031	289.725.296	349.912.451	23.200.884	663.675.662
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	0	11.103.188	2.503.773	0	13.606.961
Recursos de outras instituições de crédito	1.095.826	189.676.411	284.611.692	0	475.383.929
Recursos de clientes e outros empréstimos	0	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	4.096.250	(5.013.685)	0	(917.435)
Outros passivos	0	17.969.776	30.480	41.955	18.042.211
Total de passivos	1.095.826	222.845.625	282.132.260	41.955	506.115.666
Gap	(258.795)	66.879.671	67.780.191	23.158.929	

4.6 Gestão de capital

Os objectivos da Cofinoga em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, são:

- Cumprir os requisitos de capital estabelecidos pelos reguladores do mercado bancário nos mercados onde a Cofinoga opera;
- Salvaguardar a capacidade da Cofinoga de continuar como a sua actividade e assim proporcionar retornos para os accionistas e benefícios para outros stakeholders; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

O Banco de Portugal exige que cada instituição: (a) mantenha um nível mínimo de capital, e (b) mantenha um rácio de capital face ao activo ponderado pelo risco ou que seja igual ou superior aos mínimos internacionais acordados.

A regulamentação de Capital da Cofinoga é gerida pelo departamento de tesouraria:

- *Tier 1 capital*: capital próprio (líquido do valor de das acções próprias), lucros retidos e reservas criadas através dos lucros retidos.



Os activos ponderados pelo risco são mensurados através de uma hierarquia de cinco classes de risco classificadas de acordo da natureza de e reflectindo uma estimativa dos riscos de crédito, mercado e outros riscos associados com cada activo e contraparte, tendo em consideração quaisquer colaterais e garantias aplicáveis. Um tratamento similar é adoptado para exposição fora de balanço, com alguns ajustamentos para reflectir a natureza contingente das perdas potenciais.

A regulamentação de capital e o uso do capital regulatório é monitorizada diariamente pela gestão, empregando técnicas baseadas nos princípios do Comité de Basileia e das directivas comunitárias europeias, implementadas pelo Banco de Portugal para fins de supervisão. A informação requerida é entregue ao Banco de Portugal mensalmente.

Conforme o estipulado pela Instrução nº 23/2007 do Banco de Portugal, o Banco na implementação da metodologia preconizada pelo Novo Acordo de Basileia aplicou o método padrão à componente risco de crédito e à componente risco operacional, o método do indicador básico.

O rácio de solvabilidade a 31 de Dezembro de 2008, apurado segundo a metodologia acima indicada cifrou-se em 16,42%.

	2008 Basel II	2007 Basel I
Tier 1 Capital		
Capital realizado	28.800.000	28.800.000
Prémios de emissão	3.748.553	3.748.553
Reserva Legal e outras	78.950.779	66.640.886
Interesses minoritários	0	0
Menos: Reservas de reavaliação	0	0
Menos: Intangíveis	(10.432.658)	(8.404.002)
Menos: Insuficiências de provisões	0	0
Outros	0	0
Tier 1 Capital total	101.066.674	90.785.437
Tier 2 Capital		
Reservas de conversão cambial e de cobertura de investimento líquido em entidades estrangeiras	0	0
45% do ganhos não realizados de investimentos disponíveis para venda	0	0
Outros	0	0
Tier 2 Capital total	101.066.674	90.785.437
Menos: investimentos em associadas		
Fundos próprios elegíveis	101.066.674	90.785.437
Activos ponderados pelo risco		
	615.543.600	607.719.738
No balanço	613.999.800	606.700.838
Fora do balanço	1.543.800	1.018.900
Rácio de adequação de fundos próprios de base (TIER I)	16,42%	14,94%
Rácio de adequação de fundos próprios (TIER II)	16,42%	14,94%

O rácio de solvabilidade a 31 de Dezembro de 2007, apurado segundo os princípios do Comité de Basileia e das directivas comunitárias europeias, implementadas pelo Banco de Portugal para fins de supervisão, cifrou-se em 14.94%.

É de salientar que o rácio de solvabilidade apurado em 2007 baseia-se numa metodologia diferente do rácio de solvabilidade apurado em 2008 devido à metodologia preconizada pelo Novo acordo de Basileia.



NOTA 5 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e passivos que se encontram registados no Balanço do Grupo ao custo amortizado são:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito - são constituídas por depósitos à ordem, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas;
- Recursos de IC's - são constituídos maioritariamente por tomadas de muito curto prazo e curto prazo, com taxa variável, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado;
- Recursos de clientes e outros empréstimos – são constituídos por tomadas de curto prazo, com taxa variável, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado e por contas caução relativas a contratos de leasing; e
- Outros activos e passivos – são constituídos por valores a receber e a pagar de curto prazo, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registados

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor dos activos e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado não difere significativamente do seu justo valor.

O justo valor de activos e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e cujo valor de balanço difere significativamente do seu justo valor é como segue:

31 de Dezembro de 2008		Justo valor		
	Valor de Balanço	Modelos de valorização	Total de justo valor	Diferença
Activo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14.737.260	14.737.260	14.737.260	0
Outros activos	14.747.478	14.747.478	14.747.478	0
	29.484.738	29.484.738	29.484.738	0
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	532.563.527	532.563.527	532.563.527	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.134.592	8.134.592	8.134.592	0
Outros passivos	10.016.454	10.016.454	10.016.454	0
	550.714.573	550.714.573	550.714.573	0
31 de Dezembro de 2007		Justo valor		
	Valor de Balanço	Modelos de valorização	Total de justo valor	Diferença
Activo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	593.184	593.184	593.184	0
Outros activos	12.184.212	12.184.212	12.184.212	0
	12.777.396	12.777.396	12.777.396	0
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	475.383.929	475.383.929	475.383.929	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.542.087	8.542.087	8.542.087	0
Outros passivos	16.355.929	16.355.929	16.355.929	0
	500.281.945	500.281.945	500.281.945	0

Todas as variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados de negociação e de cobertura de justo valor, ocorridas no exercício de 2008, encontram-se registadas em resultados do exercício.

O montante de crédito a clientes está registado em balanço ao custo amortizado; no entanto, o Grupo efectua cobertura de justo valor de grande parte da carteira de crédito, pelo que as variações de justo valor dos créditos cobertos, decorrentes do risco coberto, encontram-se registadas em balanço na rubrica de créditos a clientes. Nesse sentido, os montantes de créditos a clientes registados em balanço não diferem significativamente do seu justo valor.



NOTA 6 – ELEMENTOS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO BALANÇO VENTILADOS POR LINHAS DE NEGÓCIO E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A actividade desenvolvida pelo Grupo, na segmentação por linhas de negócio enquadra-se como de Banca Comercial, onde deverão ser considerados todos os elementos da demonstração de resultados e do balanço. Adicionalmente, dado o Grupo não ter Sucursais ou Filiais no estrangeiro, todos os proveitos e custos gerados, resultaram de operações realizadas em Portugal.

NOTA 7 – MARGEM FINANCEIRA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades	244.987	62.238
Aplicações em IC's	80.898	103.574
Crédito a Clientes		0
Empresas	3.214.878	3.076.718
Particulares	52.543.002	45.680.284
Operações de Locação Financeira	9.202.960	8.807.552
Crédito Vencido	1.849.477	1.994.830
Juros de Derivados	3.151.482	2.128.259
Juros de Derivados de cobertura	27.974	261.919
Comissões ao custo amortizado	2.995.655	3.200.674
	73.311.313	65.316.048
Juros e encargos similares		
Juros em IC's no país	2.891.641	4.645.666
Juros em IC's no estrangeiro	21.510.986	14.468.017
Juros de empréstimos	0	0
Juros Devedores	705	6.386
Juros de Operações Loc. Imobiliária	4.487	4.306
Comissões de abertura crédito	3.000	2.667
Juros de obrigações	0	0
Juros de Derivados negociação	20.283	86.780
Juros de Derivados de cobertura	116.648	76.524
Comissões ao custo amortizado	9.949.744	9.315.571
	34.497.494	28.605.918
Margem Financeira	38.813.819	36.710.130

NOTA 8 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões de seguros de crédito	6.136.506	5.310.768
Comissões em operações com cartões	6.032.681	3.360.423
Anuidades	136.801	69.815
Penalização Crédito Gratuito	664.751	0
Outras comissões recebidas	0	30.980
	12.970.739	8.771.986
Encargos com serviços e comissões		
Garantias recebidas	62.640	92.916
Serviços bancários	1.453.322	891.198
Comissões sobre a produção	437.055	382.420
	1.953.017	1.366.534

NOTA 9 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A decomposição desta rubrica é a que se segue:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Derivados de negociação		
Swaps's	(1.668.440)	731.963
Fra's	(1.805)	1.805
Cap's	(8.081)	(120.805)
	(1.678.326)	612.963
Derivados de cobertura		
Swaps's	(6.277.651)	(761.750)
Reavaliação de instrumentos cobertos		
Crédito a clientes	6.611.380	801.662
	333.729	39.912
	(1.344.597)	652.874

NOTA 10 – CUSTOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal podem ser analisados no quadro que se segue:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Remunerações dos órgãos de gestão		
Remuneração mensal	160.440	160.440
Remunerações adicionais	150.047	148.302
Encargos sociais obrigatórios	14.513	13.853
Remunerações dos empregados		
Remuneração mensal	4.142.735	3.825.837
Remunerações adicionais	2.142.665	1.917.738
Encargos sociais obrigatórios	1.141.179	1.049.612
Encargos sociais facultativos	200.350	189.682
Indemnizações contratuais	13.852	134
Outros	57.619	78.499
	8.023.400	7.384.096

A Cofinoga não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do sector bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo sistema de Segurança Social.

Durante o exercício de 2008, continuaram alocados alguns recursos humanos ao desenvolvimento e implementação do novo sistema de gestão para o crédito revolving denominado por "LISA". Assim, durante o exercício de 2008, o Banco procedeu à capitalização dos custos com o pessoal afecto a este projecto, no montante de €231.243.

Valores imobilizados por componentes de remunerações e encargos;

Remunerações dos empregados	
Remuneração mensal	133.470
Remunerações adicionais	53.864
Encargos sociais obrigatórios	36.982
Encargos sociais facultativos	6.926
	231.243



O efectivo médio de trabalhadores, distribuído por grandes categorias profissionais, ao serviço do Grupo em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 foi o seguinte:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Conselho de Administração	1	1
Funções de Direcção	10	10
Funções Técnicas e específicas	119	123
Funções administrativas	186	171
Outros	0	0
	316	305

NOTA 11 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A decomposição desta rubrica é como segue:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Gastos gerais administrativos		
Água, energia e combustíveis	284.001	240.306
Impressos e material de consumo corrente	1.639.719	1.573.946
Material para assistência e reparação	3.739	10.155
Publicações	654	1.283
Material de higiene e limpeza	22.612	19.253
Outros	5.178	16.939
Rendas e alugueres	1.677.500	798.877
Comunicações e despesas expediente	4.677.932	2.986.832
Deslocações e estadas	638.042	694.988
Publicidade	1.463.810	6.204.259
Avenças e Honorários	1.750.360	1.486.347
Conservação e reparação	367.111	282.269
Seguros	122.259	121.899
Serviços judiciais	348.824	370.776
Serviços especializados informática	4.949.332	3.716.141
Serviços especializados segurança	117.440	68.999
Recrutamento de pessoal	0	1.611
Serviços especializados informações	273.272	318.281
Trabalho temporário	454.124	583.626
Outros serviços especializados	2.707.957	2.810.398
Tranportes	111.574	24.851
Encargos com formação de pessoal	37.814	22.843
Serviços de arquivo e Outros	250.782	266.153
	21.904.036	22.621.031

NOTA 12 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

A Decomposição desta rubrica é como segue:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Resultados de alienação de outros activos		
Mais valias na alienação de activos tangíveis	17.451	132.188
Menos valias na alienação de activos tangíveis	(2.146)	0
Ganhos na alienação de créditos a clientes	0	1.891.663
	15.305	2.023.850

No exercício de 2007, o Grupo procedeu à alienação de um conjunto de créditos totalmente provisionados e já abatidos ao activo em exercícios anteriores, gerando um ganho no exercício no montante de €1.891.663.



NOTA 13 – RESULTADOS DE ACTIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Resultados de alienação de outros activos não correntes		
Ganhos na alienação de activos não correntes para venda	72.493	104.232
Perdas na alienação de activos não correntes para venda	(822.882)	(593.501)
	(750.390)	(489.270)

NOTA 14 – RESULTADOS NÃO CORRENTES

A decomposição desta rubrica é analisada no quadro que se segue.

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Outros proveitos não correntes		
Reembolso de Despesas	4.661.215	4.176.545
Recuperação de créditos juros e despesas	0	0
Prestação de serviços	19.891	97.305
Mais valias em operações de locação financeira	6.850.565	7.906.617
Outros	2	18.863
	11.531.673	12.199.330
Outros custos não correntes		
Contribuição para o FGD	17.500	17.500
Quotizações	8.163	14.628
Donativos	0	30.900
Menos valias em operações de locação financeira	8.313	2.862
Impostos	68.158	65.494
Multas e penalidades	30.238	14.397
Perdas em contratos não provisionados	138.563	104.032
Outros	32	309
	270.966	250.123
	11.260.707	11.949.207
Resultado de exploração		

NOTA 15 – IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

A Sociedade e suas subsidiárias são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O pagamento/recebimento de impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação, tendo as autoridades fiscais a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das suas subsidiárias durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam (cinco anos no caso da Segurança Social), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2005 a 2008.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direcção – Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas

14

independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

Na opinião do Conselho de Administração da Empresa, não é previsível que venha a ser efectuada qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima referidos, que seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

A Administração Fiscal no decorrer do exercício de 2001 procedeu à revisão das declarações fiscais da subsidiária Credifin – Banco de Crédito ao Consumo, SA relativas aos exercícios de 1997, 1998 e 1999 da qual resultaram projectos de liquidações adicionais no montante de 1 525 milhares de euros. Parte destas resultaram do facto do entendimento da Administração Tributária relativamente ao tratamento das provisões constituídas para créditos reclamados judicialmente ser diferente daquele que vinha a ser adoptado por esta subsidiária.

Sendo convicção da Administração o resultado das impugnações que apresentou lhe serão favoráveis do montante global das liquidações adicionais no montante 1 525 milhares de euros, no exercício de 2001 não foi contabilizado como custo do exercício um montante de 861 milhares de euros, correspondente ao montante que esta subsidiária espera vir a recuperar no futuro das referidas liquidações adicionais.

Já no decorrer do exercício de 2008, as impugnações judiciais apresentadas pelo Banco foram consideradas totalmente procedentes, pelo que foi determinado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto a restituição dos montantes pagos pelo Banco, acrescidos de juros indemnizatórios. Contudo, foi apresentada uma interposição de recurso pela Fazenda Pública.

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga no final de cada exercício é como segue:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Imposto corrente do exercício	3.270.642	4.355.273
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(688.895)	157.175
Total do imposto registado em resultados (1)	2.581.747	4.512.448
Resultados antes de impostos (2)	10.423.742	16.822.342
Carga fiscal ((1) / (2))	24,77%	26,82%

Os impostos diferidos activos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária ente o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

A taxa nominal de imposto decompõe-se como segue:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
IRC	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	26,50%	26,50%



Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, o valor dos impostos diferidos activos e passivos registados no balanço consolidado é como segue:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Impostos diferidos		
Activos	844.022	426.416
Passivos	0	(271.290)
	844.022	155.126
Registados por contrapartida de :		
Reservas	155.126	312.301
Resultado do exercício	688.895	(157.175)
	844.022	155.126

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados no exercício de 2008 é como segue:

	Montantes em Euros		Balanço		Resultados transitados	Resultados
	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2007	31-12-2008
Diferimento de custos de transacção	(1.160.293)	(773.529)	307.478	204.985	307.478	102.493
Reconhecimento de instrumentos financeiros derivados de negociação	1.023.735	(654.591)	(271.290)	173.466	(271.290)	(444.756)
Provisões tributadas de RGC	(426.306)	(1.741.855)	112.970	461.592	112.970	(348.621)
Prejuízos fiscais reportáveis	0	0	0	0	0	0
Contabilidade de cobertura- reconhecimento dos derivados e reavaliação do instrumento coberto	(22.521)	(15.013)	5.968	3.979	5.968	1.989
	(1.609.120)	(3.184.988)	426.416	844.022	426.416	(793.377)
	1.023.735	0	(271.290)	0	(271.290)	104.482

NOTA 16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Instrumentos financeiros detidos para negociação	Instrumentos financeiros de cobertura	Crédito e valores a receber	Outros passivos financeiros	Activos / passivos não financeiros	Total
2008						
Activos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	0	0	2.973	0	0	2.973
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	14.737.260	0	0	14.737.260
Outros activos financeiros detidos para negociação	90.889	0	0	0	0	90.889
Créditos a clientes	0	0	625.100.601	0	0	625.100.601
Derivados de cobertura	0	100.670	0	0	0	100.670
Outros activos	0	0	0	14.747.479	7.969.710	22.717.189
Total Activos	90.889	100.670	639.840.834	14.747.479	7.969.710	662.749.582
Passivos						
Passivos financeiros detidos para negociação	699.459	0	0	0	0	699.459
Recursos de outras instituições de crédito	0	0	0	532.563.527	0	532.563.527
Recursos de clientes e outros empréstimos	0	0	0	8.134.592	0	8.134.592
Derivados de cobertura	0	6.910.562	0	0	0	6.910.562
Outros passivos	0	0	0	10.023.465	4.433.477	14.456.942
Total Passivos	699.459	6.910.562	0	550.721.584	4.433.477	562.765.082
2007						
Activos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	0	0	3.173	0	0	3.173
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	593.184	0	0	593.184
Outros activos financeiros detidos para negociação	1.217.258	0	0	0	0	1.217.258
Créditos a clientes	0	0	582.022.053	0	0	582.022.053
Derivados de cobertura	0	1.397.036	0	0	0	1.397.036
Outros activos	0	0	12.184.212	0	6.031.025	18.215.237
Total Activos	1.217.258	1.397.036	594.802.622	0	6.031.025	603.447.941
Passivos						
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	0	0	0	475.383.929	0	475.383.929
Recursos de clientes e outros empréstimos	0	0	0	8.542.087	0	8.542.087
Derivados de cobertura	0	117.048	0	0	0	117.048
Outros passivos	0	0	0	16.369.409	4.759.898	21.129.307
Total Passivos	0	117.048	0	500.295.425	4.759.898	505.172.371

NOTA 17 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que segue:

	31 de Dezembro de 2008			31 de Dezembro de 2007		
	Valor Nocial	Valor de Balanço		Valor Nocial	Valor de Balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
<i>Instrumentos Derivados de Negociação</i>						
<i>Mercado de balcão</i>						
<i>Contratos de taxa de juro</i>						
Swap's	261.300.000	90.889	(699.459)	242.900.000	1.181.497	0
Cap's	0	0	0	29.200.000	33.956	0
Fra's	0	0	0	5.000.000	1.805	0
		90.889	(699.459)		1.217.258	0

NOTA 18 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que segue:

	31 de Dezembro de 2008			31 de Dezembro de 2007		
	Valor Nocial	Valor de Balanço		Valor Nocial	Valor de Balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
<i>Instrumentos Derivados de Cobertura</i>						
<i>Mercado de balcão</i>						
<i>Contratos de taxa de juro</i>						
Swap's	335.200.000	100.670	(6.910.562)	263.000.000	1.397.036	(117.048)
		100.670	(6.910.562)		1.397.036	(117.048)

O valor nocial indicado corresponde ao valor dos derivados negociados e com justo valor à data de 31 de Dezembro de 2008. Deste montante os derivados que apresentavam fixing à mesma data totalizam 248.200.000 Eur.

NOTA 19 – ACTIVOS FINANCEIROS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O movimento ocorrido nos activos não correntes detidos para venda registados no exercício de 2008 é como segue:

	31-12-2007		Adições		Alienações		31-12-2008
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Recuperações de Veículos	Imparidade	Venda de Veículos	Imparidade	Valor Líquido
Activos não correntes detidos para venda	401.325	(56.830)	3.119.796	(113.074)	(3.040.153)	71.207	382.271
	401.325	(56.830)	3.119.796	(113.074)	(3.040.153)	71.207	382.271



NOTA 20 – CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Crédito interno		
Empresas		
Crédito classico	39.372.021	37.861.488
Financiamento Stocks	2.903.003	0
Locação financeira	50.129.308	52.839.692
Aluguer financeiro	21.491.189	22.128.725
Sub total empresas	113.895.520	112.829.905
Particulares		
Crédito classico	216.719.391	210.642.612
Locação financeira	46.805.655	49.878.988
Aluguer financeiro	13.469.732	16.590.940
Revolving-PPR	130.702.165	119.395.806
Cartão privativo	69.294.988	51.812.935
Crédito habitação colaboradores	2.424.790	2.931.632
Sub total particulares	479.416.721	451.252.913
Sub total empresas e particulares	593.312.242	564.082.819
Correcção de valor de activos objecto de cobertura	7.388.288	(1.041.195)
Total de crédito interno	600.700.530	563.041.623
Receitas com proveito diferido - comissões incrementais	(2.432.681)	(2.447.590)
Receitas com proveito diferido - juros compensados	(470.967)	(619.159)
Juros a receber de clientes	5.586.155	4.178.859
Despesas com encargo diferido - comissões incrementais	15.061.734	14.699.356
	17.744.241	15.811.466
Crédito e Juros vencidos		
Até 90 dias	3.962.897	3.021.071
Mais de 90 dias	48.679.405	37.468.053
	52.642.302	40.489.124
Total bruto	671.087.072	619.342.213
Imparidade		
Imparidade	(45.986.471)	(37.320.160)
	(45.986.471)	(37.320.160)
Total líquido	625.100.601	582.022.053

O movimento ocorrido nas provisões em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 é apresentado na Nota 21 – Imparidade e provisões.

Os juros a receber estão incluídos no valor da carteira.

As taxas de juro médias por tipo de produto durante o ano de 2008 e 2007 podem ser analisados no quadro que se segue:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Taxa média da carteira		
Crédito classico automóvel	9,49%	9,26%
Crédito classico egm	14,18%	12,63%
Locação financeira	7,43%	7,52%
Aluguer financeiro	6,48%	6,34%
Crédito habitação colaboradores	3,16%	3,61%
Revolving-PPR	23,00%	23,00%
Cartão privativo	19,00%	19,00%



A exposição de crédito vincendo, por montante emprestado é como segue:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Exposição do crédito interno vincendo		
Inferior a 2.500 Eur	145.211.558	141.580.709
De 2.500 Eur a 5.000 Eur	77.140.179	77.069.468
De 5.000 Eur a 25.000 Eur	308.753.428	282.768.307
Mais de 25.000 Eur	62.207.077	62.664.334
	593.312.242	564.082.818

NOTA 21 – IMPARIDADE E PROVISÕES

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões registados no exercício de 2008 é como segue:

	31-12-2007	Reforços	Reposições/ Anulações	Utilizações	31-12-2008
Imparidade de activos financeiros					
Imparidade de crédito a clientes	(37.320.160)	(18.781.024)	3.423.725	6.690.988	(45.986.471)
Imparidade de outros activos					
Imparidade para outras aplicações	(56.830)	(113.074)	71.207	0	(98.697)
	(37.376.990)	(18.894.098)	3.494.932	6.690.988	(46.085.168)
Provisões					
Provisões para contingências legais	(35.999)	(62.788)	0	23.629	(75.158)
	(35.999)	(62.788)	0	23.629	(75.158)

As utilizações registadas durante o exercício correspondem ao abate contabilístico de créditos totalmente provisionados, para os quais não existia qualquer expectativa de cobrança.

NOTA 22 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos activos tangíveis registados no exercício de 2008 é como segue:

	Valor bruto em 31-12-2007	Aquisições	Alienações / abates	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Alienações / abates	Regularizações	Transferências	Amortizações acumuladas	Valor líquido em 31-12-2008
Imóveis de serviço próprio	2.665.020				2.665.020	(467.846)	(39.997)				(507.843)	2.157.177
Grandes reparações em imóveis	786.585				786.585	(358.140)	(22.546)				(380.686)	405.899
Imóveis em regime de locação financeira	171.061				171.061	(10.264)	(2.566)				(12.830)	158.231
Obras em edifícios arrendados	347.149	2.851.749			3.198.898	(127.288)	(235.943)				(363.231)	2.835.667
Equipamento	8.919.763	454.701	(460.498)	396.010	9.309.976	(6.323.260)	(1.073.325)	431.442	3.125		(6.968.268)	2.341.708
Imobilizado em Curso	397.636			(396.010)	1.626							1.626
	13.287.214	3.306.450	(460.498)	0	16.133.166	(7.286.798)	(1.374.377)	431.442	3.125	0	(8.232.858)	7.900.308

NOTA 23 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos activos intangíveis registados no exercício de 2008 é como segue:

	Valor bruto em 31-12-2007	Aquisições	Transferências	Trab. P/Empresa	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Alienações / abates	Amortizações acumuladas	Valor líquido em 31-12-2008
Sistema de tratamento automático de dados (Software)	5.466.871	3.850.562	1.193.391		10.510.824	(4.343.362)	(786.207)		(5.129.569)	5.381.255
Custos plurianuais	6.856.589	3.151			6.859.740	(794.575)	(1.033.537)		(1.828.113)	5.031.627
Despesas de investigação	337.317				337.317	(322.321)	(5.312)		(327.633)	9.684
Imobilizado em curso	1.203.483		(1.193.391)		10.092					10.092
	13.864.260	3.853.713	0	0	17.717.973	(5.460.258)	(1.825.056)	0	(7.285.315)	10.432.658

A subsidiária Credifin – Banco de Crédito ao Consumo, SA, celebrou com o Grupo Sonae um contrato para o lançamento de um cartão de fidelização e um cartão de pagamento, válido em todos os supermercados e hipermercados do grupo, tendo pago um montante de €5.630.000 pela aquisição do direito de exclusividade, a vigorar durante a vigência do contrato, o qual teve início em Janeiro de 2007 e terminará em Janeiro de 2014. Este montante foi considerado como um activo imobilizado incorpóreo pelo facto de cumprir com todas as condições necessárias ao seu reconhecimento como tal.



NOTA 24 – IMPOSTOS ACTIVOS E PASSIVOS

A origem dos impostos diferidos activos e passivos pode ser vista no quadro que se segue:

	31-Dez-08		31-Dez-07	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Impostos Correntes				
IRC	2.505	(129.779)	22.715	(1.666.992)
Impugnação Judicial	0	0	0	0
	2.505	(129.779)	22.715	(1.666.992)
Impostos diferidos				
Reconhecimento de derivados de negociação	173.466	0	0	(271.290)
Reconhecimento derivados de cobertura e reavaliação instrumento coberto	3.979	0	5.968	0
Provisões tributadas	461.592	0	112.971	0
Prejuízos fiscais reportáveis	0	0	0	0
Crédito - Comissões incrementais	204.985	0	307.477	0
	844.022	0	426.416	(271.290)

NOTA 25 – OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros activos, encontra-se no quadro que se segue:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Outros activos		
Sector público administrativo	3.458	110.903
Contribuição inicial para FGD	49.880	49.880
Imposto do selo a receber de clientes	351.570	148.198
Valores à guarda do tribunal	5.891.270	6.210.633
Rendas e cauções	579.323	579.323
Fundo de maneo a colaboradores	11.307	11.304
Adiantamentos a advogados , solicitadores e outros	35.899	124.605
Subvenções a receber	107.883	457.732
Adiantamentos a fornecedores e Outros	5.623.943	3.372.406
Seguros de crédito	175.292	219.668
Prestação de outros serviços	2.932.044	1.669.871
	15.761.869	12.954.521
Proveitos a receber		
Gestão de cartões e serviços	2.286.449	1.126.475
Comissões de seguros de crédito	1.361.934	1.340.163
Outros Serviços Prestados	459.814	0
	4.108.197	2.466.638
Despesas com custo diferido		
Seguros	67.147	69.802
Rendas e alugueres	157.043	25.685
Aluguer de software e outros	71.455	382.331
Outros custos administrativos	147.071	193.098
Trabalhos especializados	871.615	913.067
	1.314.330	1.583.982
Outras contas de regularização		
Operações a regularizar com colaboradores	17.490	35.788
Operações a regularizar com impostos	1.091.923	967.993
Economato	0	50.426
Operações com cartão bancário e outras	423.380	155.889
	1.532.793	1.210.096
	22.717.189	18.215.237

O valor evidenciado na rubrica de “Valores à guarda do tribunal”, refere-se aos montantes na posse dos Tribunais, relativos a cheques precatórios e penhoras sobre



contratos em contencioso. O apuramento deste montante resulta de inventários efectuados pelos Advogados do Grupo ao longo de cada exercício.

As operações a regularizar com impostos inclui o montante de €861 milhares relativo ao valor que o Grupo espera vir a recuperar na sequência das inspecções fiscais referidas na Nota 15 – Impostos sobre os lucros.

A decomposição da rubrica outros passivos, encontra-se no quadro que se segue:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Outros passivos		
Fornecedores Residentes		
Fornecedores de bens em regime de locação financeira	72.235	80.055
Fornecedores de imobilizado	7.684	5.688.272
Outros fornecedores	930.140	1.618.076
Fornecedores não residentes		
Empresas do Grupo	433.014	306.532
Outros fornecedores	657.394	196.268
Credores diversos		
Credores de comissões	1.217.714	1.136.405
Credores de seguros	1.335.738	1.598.923
Advogados e solicitadores	4.793	21.519
	4.658.712	10.646.051
Outras exigibilidades		
Sector público administrativo	937.295	777.079
	937.295	777.079
Encargos a pagar		
Gastos com o pessoal	1.571.693	1.686.283
Outros custos administrativos	2.345.351	1.527.914
Contribuições para o FGD	17.500	17.500
Encargos a pagar associados ao custo amortizado	1.376.890	1.969.498
Encargos a pagar associados à produção	59.280	95.970
Encargos com comissões bancárias	0	51.437
	5.370.714	5.348.602
Receitas com proveito diferido		
Comissões de seguros de crédito	982.442	1.395.363
Comissão de crédito gratuito	921.241	674.332
	1.903.683	2.069.695
Outras contas de regularização		
Contas de regularização da actividade cartão/revolving e outras	131.197	661.993
Cobrança de valores	111.371	90.301
Cobranças a regularizar	1.340.664	1.326.245
Valores não identificados	3.307	209.342
	1.586.539	2.287.881
	14.456.942	21.129.307

Identificamos um valor com alguma relevância que contraria a relação contratual explicitamente existente, mas que não foi corrigido atempadamente pelo parceiro de negócio, pelo que não se encontra assumida nas demonstrações financeiras de 2008 do Credifin.

NOTA 26 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Recursos de IC's no País		
A curto prazo	0	85.500.000
A médio e longo prazo	0	0
Saldos credores em DO reclassificados	7.186.766	1.095.826
Recursos de IC's no Estrangeiro		
A curto prazo		
Em IC's do Grupo	522.250.000	386.000.000
Em IC's fora do Grupo	0	0
Saldos credores em DO reclassificados	0	0
	529.436.766	472.595.826
Juros e encargos diferidos		
Juros diferidos	0	0
Garantias e avales	(23)	0
Comissões abertura de crédito diferidas	0	0
Juros a pagar		
A IC's do país	0	451.245
A IC's do Grupo no estrangeiro	3.126.784	2.336.858
A IC's fora do Grupo no estrangeiro	0	0
	3.126.761	2.788.103
	532.563.527	475.383.929

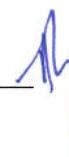
As taxas médias durante o exercício de 2008 e 2007 foram respectivamente de 4,88% e 3,87%.

NOTA 27 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Recursos de Clientes		
Cauções em contratos de aluguer e outros recursos	8.134.592	8.542.087
	8.134.592	8.542.087

Estes montantes referem-se às cauções recebidas de clientes em contratos de aluguer e não têm qualquer taxa de juro.

**NOTA 28 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Compromissos assumidos perante terceiros		
Linhas de crédito - revogáveis	338.534.004	251.987.052
Garantias prestadas	0	0
Compromissos assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis assumidas por terceiros	380.000.000	153.535.000
Outras		
Créditos abatidos ao activo	23.009.456	19.287.454
Juros anulados	8.251.065	7.482.939
Rendas vincendas	131.844.544	141.366.967
Valores residuais	17.982.340	19.178.560

NOTA 29 – CAPITAL SOCIAL

A 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a Cofinoga (Portugal) S.G.P.S, S.A. é detida a 99,9938% pela Laser Cofinoga S.A. (França).

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Capital		
Acções ordinárias	28.800.000	28.800.000
	28.800.000	28.800.000

NOTA 30 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados, decompõem-se como segue:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Reserva legal	7.302.253	6.102.409
Outras reservas	71.200.778	55.540.294
Resultados transitados	447.748	4.998.183
	78.950.779	66.640.886

Os movimentos ocorridos nas rubricas de outras reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Reserva Legal		
Saldo de abertura	6.102.409	5.296.742
Transferência de resultados	1.199.844	805.667
Saldo de Fecho	7.302.253	6.102.409
Outras reservas		
Saldo de abertura	60.402.181	48.289.291
Transferência de resultados	10.798.597	7.251.003
Saldo de Fecho	71.200.778	55.540.294
Resultados transitados		
Saldo de abertura	136.296	2.028.298
Resultado líquido do ano anterior	12.309.893	11.026.555
Transferência para reserva legal	(1.199.844)	(805.667)
Transferência para reserva outras reservas	(10.798.597)	(7.251.003)
Saldo de Fecho	447.748	4.998.183



NOTA 31 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Resumem-se como segue os saldos em 31 de Dezembro de 2008, 31 de Dezembro de 2007, relativos às transações verificadas com partes relacionadas:

	31 de Dezembro 2008	31 de Dezembro 2007
Activos		
<i>Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados</i>		
BNP - instrumentos financeiros derivados	91.476	38.941
Imobilizado em curso		
Cofinoga G.I.E	-	77.137
Laser Symag, S.A.	-	-
Imobilizado		
Cofinoga G.I.E	519.122	-
Cms - Communication Marketing Services	2.664.010	-
Laser Symag, S.A.	371.085	168.035
Outros activos		
Laser Symag, S.A.	720.444	448.798
Total activos	4.366.137	732.911
Passivos		
<i>Passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados</i>		
BNP - instrumentos financeiros derivados	23.247	-
Empréstimos		
Syigma Banque	25.000.000	386.000.000
BNP	497.250.000	-
Juros a pagar		
Syigma Banque	6.685	2.336.751
BNP	3.120.099	-
Outros Passivos		
Cms - Communication Marketing Services	246.595	196.883
Cofinoga G.I.E	17.993	69.649
Cofinoga S.A.	-	-
Laser Symag, S.A.	168.426	5.148
5One Limited	-	40.000
Total passivos	525.833.045	388.648.431
Extrapatrimoniais		
Linhas de crédito		
Syigma Banque	375.000.000	114.000.000
BNP	-	-
Derivados - valor nocional		
BNP - instrumentos financeiros derivados	194.200.000	58.000.000
Total extrapatrimoniais	569.200.000	172.000.000
Demonstração de resultados		
Proveitos		
<i>Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</i>		
BNP - instrumentos financeiros derivados	-	168.646
Juros e proveitos equiparados		
BNP - instrumentos financeiros derivados	565.341	105.090
Total proveitos	565.341	273.736
Custos		
<i>Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</i>		
BNP - derivados	1.400.881	-
Juros e encargos equiparados		
Syigma Banque	11.971.555	14.467.956
BNP - empréstimos	9.539.431	-
BNP - instrumentos financeiros derivados	19.925	14.431
Garantias e Ávales		
Cofinoga S.A.	62.440	42.572
Seguros		
Laser, S.A	46.515	42.950
Custos Informáticos/ Outros		
Cofinoga G.I.E	160.052	217.077
Cms - Communication Marketing Services	2.689.336	1.930.578
Laser Symag, S.A.	107.019	158.643
5One Limited	18.000	40.000
Total custos	26.015.154	16.914.207



NOTA 32 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos do cálculo da demonstração de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem as seguintes componentes:

	<u>31 de Dezembro 2008</u>	<u>31 de Dezembro 2007</u>
Numerário	2.133	2.805
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	840	368
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	14.737.260	593.184
Aplicações em instituições de crédito	0	0
Descobertos bancários	<u>(7.186.766)</u>	<u>(1.095.827)</u>
	<u>7.553.467</u>	<u>(499.470)</u>

NOTA 33 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas da Sociedade e das Subsidiárias incluídas na consolidação serão incluídas no processo de consolidação da Laser Cofinoga França, SA.

A sede social da Laser Cofinoga França, SA tem o seguinte endereço: Laser Cofinoga França, SA, 66, Rue des Archives, 75003 Paris.

As contas da Laser Cofinoga França, SA estão disponíveis na correspondente sede social.

ANEXO – Adopção das Recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à valorização dos activos – Carta Circular nº 97/2008/DSB de 03 de Dezembro, do Banco de Portugal

I. Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio

No ponto “Actividade da Empresa” do Relatório de gestão, faz-se a descrição sobre o modelo de negócio do Grupo (Pág. 5 a 8).

2. Estratégias e objectivos

As estratégias e objectivos do Grupo, estão igualmente divulgados no ponto “Actividade da Empresa” e “Perspectivas Futuras” do Relatório de gestão (Pág. 5 a 8 e 13).

3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto “Actividade da Empresa” do Relatório de gestão, apresenta-se informação sobre as actividades do Grupo e a sua contribuição para o negócio (Pág. 5 a 8).

II. Riscos e gestão de riscos

6. e 7. Riscos e gestão de riscos

No ponto “Gestão do Risco de Crédito” do Relatório de gestão, e na nota 4. do anexo às Demonstrações Financeiras apresenta-se informação sobre os riscos e gestão dos riscos do Grupo (Pág. 8 a 9 e 33 a 36).

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. a 15

A Cofinoga SGPS, por força do Grupo financeiro em que se insere, não sentiu impactos considerados materiais nas suas contas por consequência da “turbulência” financeira. O Risco de liquidez esteve sempre assegurado, a três anos, conforme o demonstra o rácio de utilização de linhas de crédito disponibilizadas ao Grupo. De facto a utilização média situou-se, em 2008, nos 55%.

Relativamente ao spread associado às responsabilidades da Cofinoga, mais uma vez por força da solidez do Grupo financeiro em que se insere, não houve qualquer reflexo no custo dos fundos disponibilizados. O spread manteve-se inalterado ao longo de todo o ano de 2008, sendo de 0,04%, para as linhas utilizadas.

IV. Níveis e tipos de exposições afectadas pelo período de turbulência

16. a 21

Resposta no ponto III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados.

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

22. Produtos estruturados

Na nota explicativa às demonstrações financeiras 3.2 é descrito o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros derivados (Pág. 21 a 23).

23. Special Purpose Entities (SPE) e consolidação

Não aplicável no universo da Cofinoga Portugal.

24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Nas notas explicativas às demonstrações financeiras 3.2, 3.4, 4.4, 5 e 9 é descrito o processo de utilização da opção de justo valor, as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros bem como os instrumentos aos quais é aplicado o justo valor (Pág. 21 a 23, 27 a 28, 36 a 37, 41 a 43).

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Cofinoga (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA ("Sociedade"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de €682.311 milhares e um total de capital próprio de €119.341 milhares, o qual inclui um resultado líquido de €7.842 milhares), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adoptadas pela União Europeia.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



Cofinoga (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Cofinoga (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, em 31 de Dezembro de 2008, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Porto, 31 de Março de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Cofinoga (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2 No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da Sociedade e das suas filiais mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Verificámos ainda a eficácia do sistema da gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, não tendo daí resultado qualquer reparo para além dos aspectos já mencionados no Parecer do Fiscal Único sobre a adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno, em base consolidada, datado de 17 de Dezembro de 2008.

4 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas Consolidadas, em anexo.

5 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço consolidado, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e as correspondentes Notas explicativas permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Sociedade, das alterações no capital próprio consolidado, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.



Cofinoga (Portugal) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

6 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório Consolidado de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas;

7 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Grupo com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Porto, 31 de Março de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Antonio Alberto Henriques Assis, R.O.C.